



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

**RICARDO ALVES CERQUEIRA**

**“ELES/AS VÃO SEM EIRA NEM BEIRA”:  
EFEITOS E MOTIVAÇÕES DO  
ÊXODO RURAL DA JUVENTUDE DO CAMPO DO POVOADO DE ALTO  
ALEGRE - SANTANÓPOLIS/BA**

AMARGOSA - BA  
2022

**RICARDO ALVES CERQUEIRA**

**“ELES/AS VÃO SEM EIRA NEM BEIRA”: EFEITOS E MOTIVAÇÕES DO ÊXODO  
RURAL DA JUVENTUDE DO CAMPO DO POVOADO DE ALTO ALEGRE,  
SANTANÓPOLIS/BA**

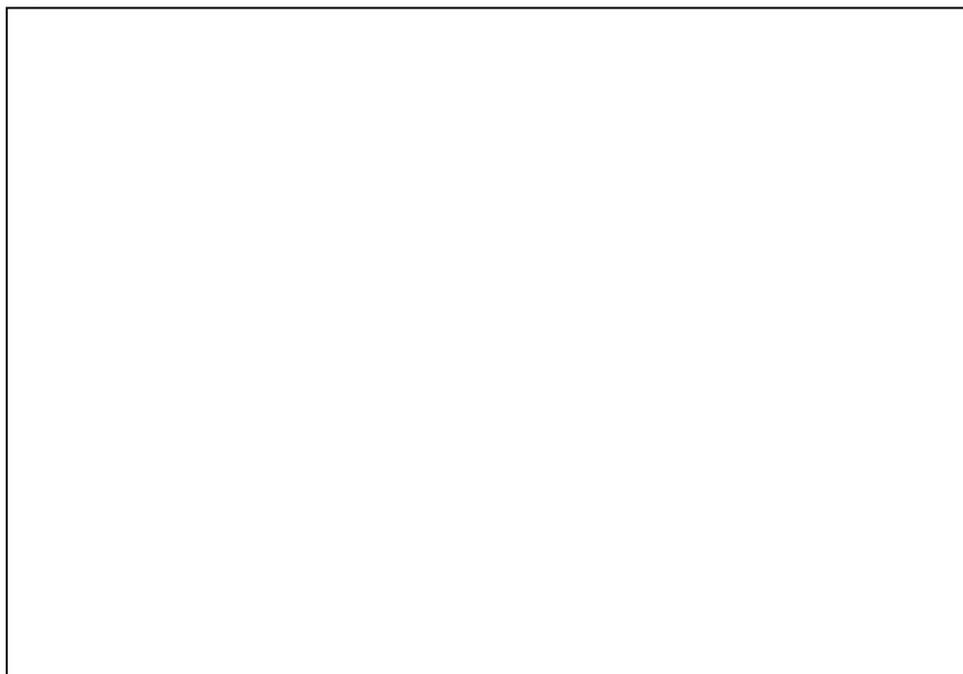
Monografia apresentada ao Colegiado da Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia no Centro de Formação de Professores, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo – Ciências Agrárias.

Orientador:

Prof. Carlos Adriano da Silva Oliveira

**AMARGOSA - BA  
2022**

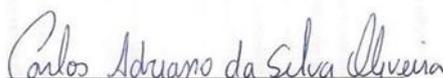
Ficha Catalográfica:

A large, empty rectangular box with a thin black border, positioned below the text 'Ficha Catalográfica:'. This box is intended for the user to enter or print a catalog card.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**  
**LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

Monografia apresentada por Ricardo Alves Cerqueira como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo – Ciências Agrárias, no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Aprovada em, 15 de março de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**PROF. CARLOS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA (ORIENTADOR)**

**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**



---

**PROF<sup>a</sup>. MAÍRA LOPES DOS REIS**

**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**



---

**PROF<sup>a</sup>. KÁSSIA AGUIAR NORBERTO RIOS**

**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**



---

**PROF. PEDRO CERQUEIRA MELO**

**Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**

**DEDICATÓRIA(S)**

Dedico esse trabalho a minha mãe, pois tenho a certeza, que sem a minha base familiar, este sonho não teria sido realizado, a minha família, especialmente aos meus irmãos. Também, em especial, dedico este trabalho aos meus tios, tias por toda a orientação que me deram.

## **AGRADECIMENTO(S)**

Agradeço a Deus por estar sempre ao meu lado dando força e paciência para seguir os trilhos dessa longa estrada que é a vida.

A minha mãe Vera Neide onde busco equilíbrio e coragem, pois ela é meu poço de coragem para superar as adversidades da vida.

A meus irmãos Sandoval e João Paulo pelo incentivo nos momentos difíceis.

A meus tios e tias José Roberto, Maria Lúcia, Maria Arlete, Vera Lúcia, Madalena e Nilson (in memória) pelo carinho e apoio ao longo desses períodos.

A toda minha família.

Aos meus conterrâneos que vivem na comunidade de Alto Alegre.

A meus amigos e amigas em especial a Magna, Luciene e Gilmar Dourado, pelo apoio, ajuda e contribuição no decorrer da caminhada.

Ao professor Carlos Adriano, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com muita dedicação e amizade.

Aos meus professores e professoras em especial a Raul Lomanto pela amizade, correções e ensinamento que me permitiu apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação.

A APRA e UNISAN instituições que fazem parte de minha vida.

*“Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.”*

*Carlos Rodrigues Brandão*

CERQUEIRA, Ricardo Alves. **“Eles/as vão sem eira nem beira”**: efeitos e motivações do êxodo rural da juventude do campo do povoado de Alto Alegre, Santanópolis - BA. Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia - Colegiado de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias. Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa, 2022.

## **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo analisar as implicações do êxodo rural jovem no desenvolvimento territorial do campo em Santanópolis - Ba. Inicialmente, buscou-se compreender a educação do campo e as implicações do êxodo rural da juventude, com vista a pensar o papel dessa educação diante do movimento tão perverso do esvaziamento da população nas comunidades rurais. A metodologia segue a abordagem de pesquisa qualitativa, com a utilização de instrumentos, como: revisão de literatura, observação sistemática e participante, além de entrevistas semiestruturadas, trazendo à tona a história de vida de jovens atores sociais. Nessa perspectiva, observou-se os efeitos e motivações do êxodo rural da juventude do campo do povoado de Alto Alegre-Santanópolis - BA, a partir de seis jovens, com idade entre 18 e 29 anos que, atualmente, residem nas capitais dos Estados: Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Como resultados, suscitou-se reflexões sobre a escola enquanto instituição que pode dialogar, propor e acompanhar as necessidades da comunidade em que está inserida, buscando promover e entender as especificidades dos filhos dos camponeses e camponesas, através do acesso à educação contextualizada, isto é, capaz de transcender os muros das escolas. Para além disso, notou-se a necessidade de se criar estratégias para diminuir esse fenômeno do êxodo rural, sobretudo, a partir de um elo entre o poder público e as comunidades, as organizações sociais e as famílias, priorizando a ação da Educação do Campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo; Êxodo Rural; Juventude do Campo.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 -	Mapa Território de Identidade Portal do Sertão – Bahia.....	21
Figura 2 -	Feira Agroecológica da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Povoado de Alto Alegre, Santanópolis/BA.....	23
Figura 3 -	Povoado de Alto Alegre, Santanópolis/BA.....	24
Figura 4 -	Praça Nossa Senhora das Dores no povoado de Alto Alegre, Santanópolis/BA.....	24

### GRÁFICOS

Gráfico 1 -	População rural e urbana do município de Santanópolis/BA.....	43
-------------	---	----

### QUADROS

Quadro 1 -	Características dos entrevistados e as condições da entrevista.....	26
Quadro 2 -	Descrição das falas dos entrevistados.....	44
Quadro 3 -	Descrição das falas dos entrevistados.....	51
Quadro 4 -	Descrição das falas dos entrevistados.....	53
Quadro 5 -	Descrição das falas dos entrevistados.....	56
Quadro 6 -	Descrição das falas dos entrevistados.....	57

### LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	População de Santanópolis do período de 2000 a 2010.....	42
Tabela 2 -	Estrutura Fundiária de Santanópolis/BA.....	50

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACS – Agente Comunitário de Saúde

CFP – Centro de Formação de Professores

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não-Governamental

OPS – Organização Pan-Americana de Saúde

PIB – Produto Interno Bruto

PNJ – Política Nacional de Juventude

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

APRA – Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Alegre

UNISAN – União das Associações Rurais e Urbanas do Município de Santanópolis

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2. CAPÍTULO METODOLÓGICO.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Descrição metodológica da pesquisa.....</b>	<b>25</b>
<b>3. EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS IMPLICAÇÕES DO ÊXODO RURAL DA JU- VENTUDE DO CAMPO.....</b>	<b>31</b>
<b>4. EFEITOS E MOTIVAÇÕES DO ÊXODO RURAL DA JUVENTUDE DO CAMPO DO POVOADO DE ALTO ALEGRE, SANTANÓPOLIS/BA.....</b>	<b>42</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>62</b>
<b>7. ANEXOS.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho nasce do anseio de um jovem, filho de agricultores familiares, que reside no povoado de Alto Alegre, zona rural do município de Santanópolis -BA. Dito isso, convém citar dois fatores marcantes: esse jovem é o primeiro da família a acessar uma vaga em uma universidade pública, sendo discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias, no Centro de Formação de Professores, campus da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em Amargosa; o segundo, diz respeito à dificuldade da família em dar suporte material nesse caminho. Não obstante, com dificuldades, conseguiu continuar na luta pelo seu sonho.

Essa realidade é reflexo dos sujeitos do campo que têm a oportunidade de estudar e voltar para o campo vendo-o - mesmo nos limites das dificuldades impostas pelo modelo de produção capitalista - como um espaço de produção e vida.

Assim, com as experiências acadêmicas foi possível compreender que o espaço universitário é lugar de contribuição indispensável para a nossa formação como futuros professores da Educação do Campo. A formação permite-nos construir, além da formação humana e do senso crítico, um intenso sentimento de pertencimento. A partir dessa perspectiva, surge, de maneira particular, a necessidade de dar um retorno à minha comunidade, inclusive, com essa pesquisa. Desse modo, inquieto com os motivos pelos quais a juventude sai desse povoado de Alto Alegre -Santanópolis - BA e, de outras comunidades do campo para as cidades, propõe-se pensar em estratégias que colaborem com a permanência desse público no campo.

No título deste trabalho, aparece a frase metafórica: *eles/as vão sem eira nem beira* que faz alusão a uma fala que emerge na pesquisa. Essa expressão é utilizada, coloquialmente, para ilustrar pessoas sem bens, ou seja, sem posses. O termo eira significa um terreno de terra batida ou cimentado onde grãos ficam ao ar livre para secar. Na região nordeste, essa expressão é explicada por uma diferença social, pois, no período colonial, as casas das pessoas ricas tinham um telhado triplo: a eira, a beira e a tribeira como era chamada a parte mais alta do telhado. As pessoas mais pobres não tinham condições de fazer este telhado, construindo, somente, a tribeira e, assim, ficando "*sem eira nem beira*".

Nesse sentido, aliou-se as falas e utilizou-se dessa metáfora para representar a preocupação de pesquisa, considerando que o tema está aproximado à realidade material

e simbólica. Nesse viés, este trabalho tem como objetivo analisar as implicações do êxodo rural jovem no desenvolvimento territorial do campo em Santanópolis-BA.

Segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), no ano 2000, moradores do meio urbano somavam 137,7 milhões de habitantes, cerca de 81,2% da população na época. Já em 2010, esse dado cresce ainda mais, elevando o número de habitantes para, aproximadamente, 161 milhões de brasileiros vivendo na cidade, alcançando, aproximadamente, cerca de 84,1% (IBGE 2010). Esses dados configuram o Brasil como um país literalmente urbano.

Fica notório, portanto, o fenômeno da urbanização brasileira, sendo inquietante refletir sobre a dinâmica que resulta na saída dos sujeitos do campo para os centros urbanos. As reflexões, nessa perspectiva, surgem na tentativa de responder ao questionamento: Quais as implicações do êxodo rural no desenvolvimento territorial do campo em Santanópolis-BA?

O campo brasileiro vem sofrendo uma série de transformações, cuja situação é marcada pelo grande número de famílias dos jovens rurais que deixaram suas propriedades, suas culturas, suas vivências para buscar a realização de projetos de vida (supostas melhorias) – tanto na esfera de ascensão material, quanto educacional – nos centros urbanos.

Para Carvalho (2010), o êxodo rural brasileiro, com todas as suas implicações urbanas, não foi caracterizado pela busca de melhores condições sociais e econômicas, mas porque tornou-se uma das poucas alternativas possíveis aos desprovidos de terra. Dessa maneira,

esse fato contribuiu para o acelerado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950. O êxodo rural foi resultado de dois fenômenos: expulsão e atração. A expulsão, no caso brasileiro, aconteceu decorrente da modernização do campo, que privilegiou os grandes latifundiários, não incluindo o agricultor familiar. E a atração que as cidades exerceram no processo de industrialização era, não raro, uma visão idílica, que não correspondia com a realidade dos trabalhadores do campo. (JÚNIOR e NETTO, 2011, p. 4)

Assim, a fantasiosa melhoria de vida que atrai os camponeses para as cidades se revela no choque entre as diferentes realidades, uma vez que o espaço urbano pouco valoriza e inclui esses sujeitos que chegam, por vezes, com vivências, costumes e valores culturais peculiares.

Segundo Stropasolas (2002, p. 11) os migrantes rurais são, cada vez mais, jovens; entre eles é, tendencialmente, crescente a proporção de mulheres. O fato de o êxodo rural está aumentando, particularmente entre os mais jovens, têm ameaçado o próprio desenvolvimento, sendo notório o processo de envelhecimento relativo da população que permanece no campo.

Segundo dados do censo agropecuário IBGE (2017), pessoas com mais de 65 anos representavam mais de 21,4% da população do campo, comparando esse dado com o censo realizado em 2006, em que essa faixa etária representava 17,52%, evidencia-se um aumento de, aproximadamente, 4%. Em contrapartida, a população com idade entre 25 e 35 anos, em 2017, era de apenas 9,48%, evidenciando uma população idosa maior do que jovens e adultos.

Esses dados mostram que a população no campo está envelhecendo, e um dos principais motivos é o êxodo rural jovem. Fator que impacta, diretamente, na sucessão rural, visto que as sucessões das propriedades rurais dependem da manutenção da juventude no campo e, a partir do momento que os jovens saem, uma lacuna é formada, impossibilitando que as atividades rurais prossigam.

Esta dinâmica tem afetado também o município de Santanópolis no Estado da Bahia. de maneira particular, o povoado de Alto Alegre que vem sofrendo com o esvaziamento, sobretudo, a saída da juventude. Contudo,

percebe-se que os jovens, por mais que almejam um padrão de vida melhor e interligado ao estilo moderno e urbano, também demonstram um sentimento de compromisso com a família e com o local, sendo essa uma das contradições presentes no desejo de ter “o melhor dos dois mundos”. (CARNEIRO, 1999, p. 3).

Refletindo sobre essa situação, no nosso tempo e contexto, a produção da pesquisa propõe apresentar uma escuta dos sujeitos jovens do povoado de Alto Alegre, Santanópolis - BA e, a partir disso, problematizar o êxodo rural e juventude na perspectiva da Educação do Campo. Avaliamos a complexidade da dualidade de perspectiva do jovem que se vê dividido entre adotar um estilo de vida urbano ou se comprometer com a família inserida no contexto da localidade rural. Para configurar o conceito de juventude, dialogou-se com Abramo (2005); Silva e Silva (2011); Sarriera, Câmara e Berlim (2006); Castro (2012) que são autores com concepções distintas, dando condições de entendimento da complexidade que envolve tal conceito.

Abramo (2005) compreende que a definição de juventude está vinculada a uma série de pontos de partida, como: uma faixa etária, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social, uma geração. Todas essas definições se vinculam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Há, portanto, uma correspondência com a faixa de idade, mesmo que os limites etários não possam ser definidos rigidamente; é a partir dessa dimensão também que ganha sentido a proposição de um recorte de referências etárias no conjunto da população, para análises demográficas.

Abramo (2005) ressalta, ainda, que a juventude está marcada por transições entre dependência e autonomia e que os variados processos de inserção contemplam aspectos pessoais e sociais, ou seja, outra vivência e participação, como: a sexualidade, a cultural, o trabalho, a interferência na comunidade, dentre outros.

Vale compreender que as concepções vigentes têm que levar em consideração que para conceituar a juventude é necessário entender todo o ciclo da vida que esses indivíduos estão inseridos. Dessa forma, Abramo (2005) destaca que a concepção atual de juventude aponta como uma fase de moratória, não no sentido de suspensão dos "*deveres e direitos da produção, reprodução e participação*" (p. 41), mas no sentido de "*possibilidade de vivência e experimentação diferenciada*" (p. 69).

Para Silva e Silva (2011), a Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), juventude é uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de sujeitos – jovens – para assumirem o papel de adulto na sociedade e abrange o período dos 15 aos 24 anos de idade. No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos, dividindo essa faixa etária em 3 grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos. Considerando essa divisão, pode-se perceber que o primeiro grupo já está incluso na atual política da criança e do adolescente, entretanto os outros dois não estão.

Corroborando com Silva e Silva, Silveira (2009, p. 11) indica que juventude é quando ocorre a preparação, garantindo o "pleno desenvolvimento do indivíduo na vida adulta". Tal ponto de vista tem dado condições para entender a juventude em uma sociedade capitalista que lhe é apresentada para a entrada no mercado de trabalho, como a principal perspectiva para o projeto de vida. Nessa condição, a questão da produção e reprodução do bem econômico está definida.

Já Sarriera, Câmara e Berlim (2006, p. 21), ao tratarem de juventude, referem-se a uma condição social, compreendida como um conjunto de estatutos que assume e de funções sociais que desempenha na sociedade, determinada pela situação de transição da dependência familiar à plena autonomia social.

Para Castro (2010), juventude é uma categoria social que se posiciona naqueles identificados em um espaço de subordinação nas redes sociais. Paradoxalmente, jovem é associado a futuro e transformação social. Afirma, ainda, que o olhar para determinados indivíduos, informado pela ideia de que estão numa fase de transição do ciclo de vida, ou mesmo biológicos, transfere para aqueles que assim são identificados, a imagem de pessoas em formação, incompleta, sem vivência, sem experiência, indivíduos ou grupos de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados.

Essa implicação com a condição de vida da juventude se atrela à margem de possibilidades, não só apenas na hora de pleitear a oportunidade numa vaga de trabalho, ou seja, o primeiro emprego, mas também nos momentos de decisões relacionados ao poder, em que sua participação é deslegitimada em espaços de decisões.

Compreende-se a partir dos teóricos que a definição de juventude possui diferentes vertentes, perpassando pela faixa etária, até à categoria social. Mesmo com tantas explicações, é notório dizer que o termo juventude não é fechado a somente uma definição, mas há um leque de possibilidades e concepções em aberto.

Dessa forma, entendendo a complexidade do conceito de juventude, indica-se o desejo de ampliar reflexões acerca deste estudo em trabalhos futuros. Por ora, o presente texto caminhará pelas linhas conceituais supracitadas que, de certa forma, têm relações próximas com a questão da identidade e especificidade, dando-se ênfase, contudo, à categorização etária.

Após a descrição do conceito, indica-se a atenção às diferentes formas de ser jovem no campo. Nessa medida, Sikora (2013) aponta que, historicamente, pode-se observar que a Educação do Campo, no Brasil, esteve relegada a um segundo plano, especialmente, se for considerada em comparação à educação no meio urbano, isso se dá, sobretudo, pela dicotomia campo/cidade.

A partir dessa constatação, considera-se que uma análise aprofundada dos processos educativos deve ser realizada em contraposição aos outros aspectos históricos que caracterizam o Campo no Brasil no século XX, tais como: o êxodo rural, o analfabetismo, a modernização agrícola e, recentemente, a pressão por parte dos movimentos sociais, englobando desde aos que defendem a identidade camponesa militando, até aos que depreciam sua origem e defendem uma hierarquia negativa entre rural e urbano e, nesse processo, pensar os motivos do êxodo rural na percepção da juventude do campo.

Nesse sentido, a questão que mobiliza o estudo é: Quais as implicações do êxodo rural no desenvolvimento territorial do campo em Santanópolis-BA? Para sanar esta indagação, foi essencial a escuta da juventude camponesa do lugar.

Em diálogo com a questão da pesquisa, tem-se como objetivo geral: analisar as implicações do êxodo rural jovem no desenvolvimento territorial do campo em Santanópolis-Ba. Os objetivos específicos, por sua vez, são: 1) Realizar um levantamento bibliográfico sobre a relação entre êxodo rural e juventude na perspectiva da Educação do Campo; 2) Problematizar a fala da juventude do campo em Santanópolis-Ba sobre os motivos que levam ao êxodo rural.

A abordagem metodológica atenta para a dimensão da pesquisa qualitativa, tendo como campo empírico o município de Santanópolis -BA. Definiu-se como sujeitos da pesquisa um recorte da juventude que não reside mais no povoado de Alto Alegre. A escuta inicial será de seis jovens, três do gênero masculino e três do gênero feminino. Além disso, os instrumentos da produção de dados são a revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos. Como técnica de análise de dados utilizou-se a análise de conteúdo.

O diálogo com as leituras de fundamentação permite que se analise o processo da saída da juventude do campo sobre diferentes ângulos, capaz de descrever as dificuldades que essa juventude enfrenta para se manter em suas comunidades, e os motivos que levam à sua saída. Dessa forma, destaca-se a importância da pesquisa, da sistematização das referências encontradas, fundantes na organização e construção deste texto, bem como a conjuntura da interpretação.

Segundo Carvalho (2010), o debate sobre a questão agrária brasileira está intimamente ligado ao processo histórico de colonização do país. A posse da terra sempre foi um tema, além de relevante, extremamente atual para se entender o

subdesenvolvimento nacional desde a inserção brasileira, mesmo como colônia, no capitalismo internacional. O sistema de produção implantado no Brasil Colônia, alicerçado na monocultura, em grandes extensões de terras, com trabalho escravo e produção destinada, quase exclusivamente, ao mercado internacional, adaptou-se convenientemente nas novas terras, reduzindo custos e facilitando a colonização, instaurando a desigualdade econômica e social.

Dessa forma, à medida que o capitalismo evolui, fica concretizado o quanto ele dá suporte no processo de acumulação de capital, na concentração da propriedade da terra, no desequilíbrio ambiental alicerçado pelo agronegócio, na exploração da força do trabalho, dentre outros. É preciso compreender esses fatores que estão ligados diretamente a questão agrária, para entender o quanto esse processo de dominação e exploração pelo capital, reflete também na saída prematura da juventude do campo.

Concebe-se a *questão agrária* como um conjunto de fatores que se revela em estudar assuntos em seus espectros históricos, sociais e econômico, quanto nos seus espectros geográficos. Em consonância, Stedille (2012, p. 639) afirma que a questão agrária é utilizada para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas, em geral, relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra.

Segundo Stedile apud Karl Marx (1988) a terra é “mercadoria especial”, pois com base nos conceitos da economia política, não seria possível classificá-la como uma mercadoria, uma vez que terra não é fruto do trabalho humano, sendo um bem da natureza; portanto, não tem valor em si. No entanto, ao se introduzir nesse bem da natureza o direito à sua propriedade privada, cercando-a, delimitando o tamanho e etc., a terra passou a ser regida pela mesma regra do capitalismo.

Diz ainda Stedile apud Karl Marx (1988) que o movimento de acumulação do capital que ocorre na indústria e no comércio passam a ocorrer também na propriedade da terra pela tendência lógica do capitalismo, produzindo concentração da propriedade da terra.

Com essa configuração apresentada acima, não tem como desassociar também à saída da juventude do campo, em busca de oportunidade e condições de vida melhores nos centros. Esse fenômeno se atrela à falta da terra no campo para produção, falta de investimento financeiro, a falta pelo ser assistido em si.

Stedile (2012) indica, ainda, que a forma como a sociedade brasileira organiza o uso, a posse e a propriedade dos bens da natureza, ocasiona grandes problemas agrários e de natureza econômica, social, política e ambiental. Esses problemas aparecem nos elevados índices de concentração da propriedade da terra – apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras; no elevado índice de concentração da produção agrícola, em apenas 8% dos estabelecimentos produzem mais de 80% das *Commodities Agrícola* exportadas.

Tal situação apresentada fornece um dado importante para destacar um gigantesco buraco quanto ao desequilíbrio agrário em nosso país. Percebe-se que esse aparato no formato da divisão da propriedade privada ou posse da terra, vem gerando uma grande desigualdade social, pois quando se observa o que restou dos dados gerados acima, nota-se que 99% da população sobrevivem com apenas 56% da terra que sobrou.

Contudo, a partir do ponto de vista social, percebe-se esse problema na extrema desigualdade social que essa estrutura econômica gera no meio rural brasileiro, em que existem 7 milhões de pessoas que vivem ainda na pobreza absoluta e 14 milhões de adultos analfabetos. O programa Bolsa Família, distribuído para 11 milhões de famílias que passam necessidades alimentícias, é revelador da tragédia social no país. Além disso, a maioria dos jovens que vivem no meio rural não tem acesso ao ensino fundamental completo, nem ao ensino de nível médio e, muito menos, ao ensino superior (STEDILE, 2012).

Nesse contexto, as reflexões do estudo estão em diálogo com a conjuntura explícita. Quanto à estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso segue, após a introdução, discussões sobre metodologia, o lugar e os sujeitos da pesquisa. Na sequência, debate-se, brevemente, sobre a Educação do Campo e as implicações do êxodo rural da juventude do campo.

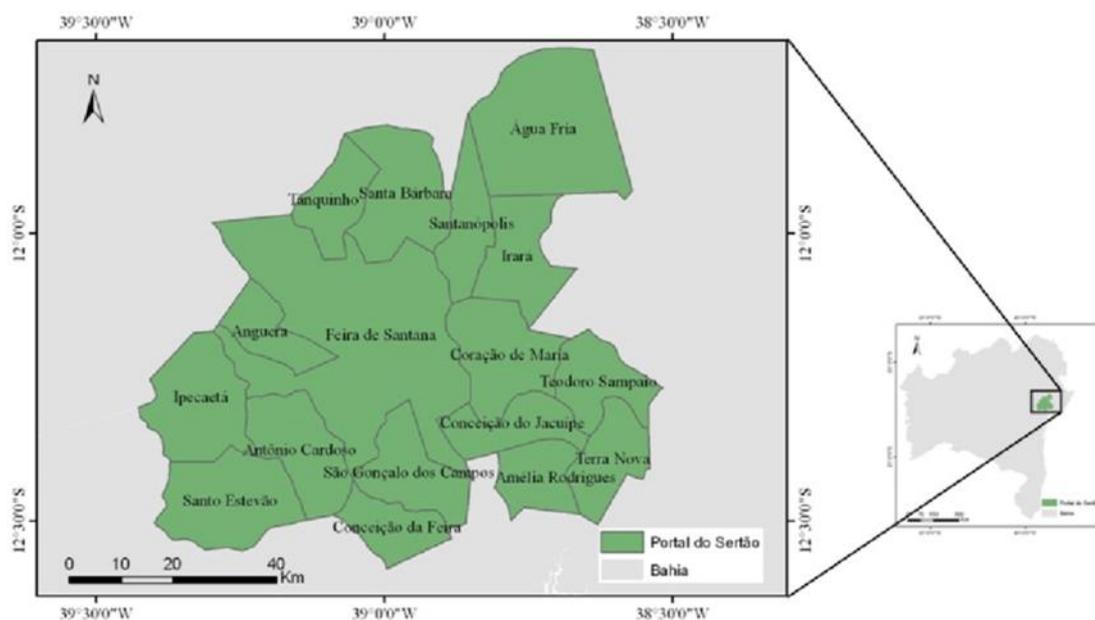
Julgou-se importante apresentar a definição do termo “Juventude” do ponto de vista sociológico, uma vez que contribui para a definição do êxodo rural na perspectiva da juventude do campo do município de Santanópolis - Bahia, traçando, assim, um panorama com as políticas públicas para a juventude do campo com as formas oportunas e melhor qualidade de vida, identificando as condições de trabalho e educação que condizem com a realidade dos sujeitos.

No capítulo de análise, respeitou-se a dimensão da escuta para a interpretação e diálogo com as falas, evidenciando todos os conteúdos apresentados pelos sujeitos. Aqui, ocorre uma caracterização do êxodo rural no município de Santanópolis-BA. Além disso, um breve perfil do município é acompanhado da descrição de como se deu o avanço do êxodo rural da juventude do campo, as causas, o seu desfecho, as dificuldades de se manterem nesse espaço social. E, para finalizar, apresentou-se as considerações que revelam os resultados da pesquisa e inquietações que permanecem para novos trabalhos que busquem aprofundar o tema estudado.

## 2 CAPÍTULO METODOLÓGICO

O estudo em curso tem como objetivo analisar as implicações do êxodo rural jovem no desenvolvimento territorial do campo em Santanópolis-BA. No sentido de contextualizar a proposta, a pesquisa será realizada no povoado de Alto Alegre, situado no município de Santanópolis-Ba que está localizado na área de caatinga no semiárido brasileiro, cuja estrutura fica no território de identidade Portal do Sertão.

**FIGURA 1. MAPA TERRITÓRIO DE IDENTIDADE PORTAL DO SERTÃO - BAHIA**



**FONTE:** Disponível em: [https://www.researchgate.net/figure/Figura-01-Localizacao-do-territorio-identidade-Portal-do-Sertao\\_fig1\\_266035259](https://www.researchgate.net/figure/Figura-01-Localizacao-do-territorio-identidade-Portal-do-Sertao_fig1_266035259)

Santanópolis é um município brasileiro do estado da Bahia localizado na Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana. O território desse município integrava o município de Irará e o seu povoamento iniciou-se no final do século XIX, por fazendeiros que ali se estabeleceram, desenvolvendo a criação de gado. Em 1910, em terreno doado no povoado que se formara, foi construída a capela do Senhor do Bonfim e iniciou-se o povoado de Quaresma, elevado à vila em 1922. Em 1962, quando foi criado o município,

seu nome foi alterado para Santanópolis, por sugestão de uma professora, devota de Senhora Santana.

Os indicadores de IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) segundo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) 2010 é de 0,592 e apresenta o PIB (Produto Interno Bruto) de R\$ 22.752,858 milhões e PIB per capita é de R\$ 2.380,50, segundo fonte do IBGE 2008.

Segundo fonte do IBGE 2018, o salário médio mensal era de 2.1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 4.5%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 59 de 417 e 402 de 417, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 1693 de 5570 e 5364 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 51.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 219 de 417 dentre as cidades do estado e na posição 1183 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Santanópolis possui a área de 222,686 km<sup>2</sup> e conta com uma população estimada pelo IBGE 2020 de 8.966 habitantes, a densidade geográfica e de 38,02 hab. km<sup>2</sup>. Esse município é composto por diversos povoados sendo eles: Alto Alegre; Bom Sucesso; Cacimba; Candéal; Murici; Queimada Grande; Quilombo; Rodeador; Rumo; Sítio Ceilão; Sobrado; Tapera. Para além dos povoados o município também apresenta uma grande quantidade de comunidade rurais: Jiboia; Saco dos Mulatos; Taperinha; Jurema de Boa Espera; Jurema dos Milagres; Serra do Cruzeiro.

O lugar da pesquisa, o povoado de Alto Alegre, apresenta solo areno-argiloso, clima tropical quente com concentração de chuvas no inverno e pouca frequência no verão. A região também possui relevo montanhoso com paisagens deslumbrantes e uma diversidade rica em biodiversidade. Possui cerca de 130 famílias, população essa que é formada de relações de parentesco onde as mesmas desenvolvem atividades agropecuárias com animais de pequeno e grande porte como: bovinos, aves, suínos, ovinos, caprinos. Encontra-se também a agricultura familiar, onde cultivam as culturas temporárias, sendo elas: o amendoim, mandioca, milho e o feijão, que são responsáveis por maior parte da renda das famílias.

Enfatiza-se que no povoado de Alto Alegre ocorrem atividades ligadas ao comércio desses produtos, citados acima, nas feiras Agroecológicas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. A comunidade também é marcada pelos eventos culturais que a desenvolve, como: a festa do vaqueiro no mês de setembro, a quadrilha junina no mês de junho, o grupo de cantigas de rodas, o futebol, além da capoeira, sendo, esses eventos, parte fundamental para a contribuição da renda das famílias da comunidade.

**FIGURA 2:** FEIRA AGROECOLOGICA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO POVOADO DE ALTO ALEGRE, SANTANÓPOLIS-BA



**Fonte:** Ricardo Alves. Agosto, 2018.

O povoado de Alto Alegre está localizado a 11 km de seu município sede e, a 161 km da capital do estado da Bahia. Alto Alegre dispõe de luz elétrica, água encanada, ruas pavimentadas, três igrejas (Igreja Nossa Senhora das Dores, Igreja de Jesus Cristo e a Congregação Cristã no Brasil), duas associações (Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Alegre e a Associação Comunitária de Alto Alegre), um posto de saúde (Paulo Souto), uma escola pública (Escola Edgar Pereira) e alguns pequenos pontos comerciais. Apresenta, assim como outras comunidades rurais, um histórico no que se refere à saída de sua juventude para os grandes centros.

**FIGURA 3: POVOADO DE ALTO ALEGRE, SANTANÓPOLIS-BA**



**Fonte:** Rafael Ribeiro, Agosto de 2020.

**FIGURA 4: PRAÇA NOSSA SENHORA DAS DORES - POVOADO DE ALTO ALEGRE.**



**Fonte:** Ricardo Alves, Julho de 2017.

## 2.1 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Este trabalho busca levar em consideração toda concepção histórica em que se envolveu, configurando também o contexto social e cultural em que se inseriu, procurando analisar aspectos e descrevendo a realidade cotidiana observada. Assim, será adotada a metodologia da pesquisa qualitativa, com a utilização de instrumento como: *revisão de literatura, observação sistemática e participante, entrevistas semiestruturadas* com o objetivo de levantar a história de vida de jovens atores sociais, considerando que a pesquisa qualitativa refere-se ao fato de que há aceitação explícita da influência de crenças e valores sobre a teoria, sobre a escolha de tópicos de pesquisa, sobre o método e sobre a interpretação de resultados (GUNTHER, 2003).

Nessa medida, Maradinho diz que:

a perspectiva qualitativa, os caminhos que norteiam o conhecimento científico visam à apreensão de processos acima do método, isso é, privilegia-se a informação interpretativa sobre a realidade, que está centrada na construção de dados. Se por um lado tem-se um sujeito que traz indagações de pesquisa a partir de suas concepções de mundo, por outro, o objeto é também um objeto-sujeito que fala e se posiciona conforme o seu contexto histórico-social. (MARANDINHO, 2009, p. 03).

Para Marconi e Lakatos (2003), a revisão bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar na planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, representando uma fonte indispensável de informações que pode até orientar as indagações.

Afirma, ainda, Marconi e Lakatos (2003) que a soma do material aproveitável e adequado variará de acordo com a habilidade do investigador, de sua experiência e capacidade em descobrir indícios ou subsídios importantes para o seu trabalho. Antes de se iniciar qualquer pesquisa de campo, o primeiro passo é a análise minuciosa de todas as fontes documentais que sirvam de suporte à investigação projetada.

Também utilizamos a técnica da entrevista. De acordo com Severino (2013, p. 124), essa técnica proporciona maior interação entre pesquisador e pesquisado, visando

apreender o que os sujeitos “pensam, sabem, representam e argumentam”, de forma mais direta. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com sujeitos caracterizados abaixo:

**QUADRO 1. CARACTERÍSTICAS DOS ENTREVISTADOS E AS CONDIÇÕES DA ENTREVISTA**

<b>NOME FICTÍCIO</b>	<b>IDADE</b>	<b>COR AUTODECLARADA</b>	<b>GÊNERO</b>	<b>CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA (ESPAÇO FÍSICO, TEMPO DE DURAÇÃO, SENSações DO PESQUISADOR)</b>
<b>Amorim</b>	28	Negro	Masculino	A pesquisa foi realizada na sala de minha residência no povoado de Alto Alegre, com duração de 14:16 minutos, o participante se manteve tranquilo, à vontade.
<b>Miranda</b>	26	Amarelo	Masculino	A pesquisa foi realizada na sala de minha residência no povoado de Alto Alegre, com duração de 14:23 minutos, o participante se manteve tranquilo, à vontade.
<b>Silva</b>	27	Negra	Feminino	A pesquisa foi realizada na sala de minha residência no povoado de Alto Alegre, com duração de 17:56 minutos, a participante se manteve tranquila, à vontade.
<b>Sousa</b>	23	Parda	Feminino	A pesquisa foi realizada na sala de minha residência no

				povoado de Alto Alegre, com duração de 10:19 minutos, a participante se manteve tranquilo, à vontade.
<b>Santos</b>	24	Negra	Feminino	A pesquisa foi realizada na sala de minha residência no povoado de Alto Alegre, com duração de 09:18 minutos, a participante se manteve tranquila, à vontade.
<b>Alves</b>	26	Negro	Masculino	A pesquisa foi realizada na sala de minha residência no povoado de Alto Alegre, com duração de 14:15 minutos, o participante se manteve tranquilo, à vontade.

**Fonte:** Elaboração Ricardo Alves Cerqueira.

Os sujeitos da pesquisa são naturais do povoado Alto Alegre, Santanópolis-Ba, cuja residências e os pais se mantiveram no povoado supracitado, lembrando que todos eles migraram para outras cidades e retornam à comunidade esporadicamente, em visitas aos pais, quando, segundo eles, surgem as possíveis férias dos trabalhos. A formação dessa juventude se dá entre o ensino fundamental II incompleto, ao ensino médio/técnico profissionalizante.

Vale destacar que parte deles reside, atualmente, na capital do Estado da Bahia, Salvador; outros, na capital do estado de Goiás, Goiânia; outros, na capital do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte e na capital do Estado de São Paulo, São Paulo. Todos eles não participam de nenhum movimento de caráter social ou sindical, porém acreditam que esses movimentos têm dado, principalmente na zona rural, espaço de discussões e representação dos agricultores familiares, através das Associações e Sindicato Rural.

Importante registrar, ainda, que todos eles moram em residência alugada, e com mais pessoas, sendo que três deles relataram morar com a família, filhos/filhas esposas/maridos, e os outros três, com parentes e colegas de trabalho que já se encontravam na cidade a mais tempo, o que torna mais fácil o processo de adaptação e diminui os custos com aluguel que é dividido pela quantidade de pessoas que residem juntas. Para além desses jovens, a pesquisa levantará dados com o ACS (Agente Comunitário de Saúde) do povoado, para que os dados coletados possam contribuir na caracterização qualitativa e quantitativa deste estudo.

Outro dado necessário de se apresentar é o seguinte: quatro dos seis trabalham no ramo alimentício, especificamente, em restaurantes e churrascaria; quanto aos outros dois, trabalham em barbearia e como cuidadora de idosos. Em suas falas relatam que saíram para buscar oportunidade de empregos, mas que pensam em voltar a morar em Alto Alegre um dia.

A escuta inicial foi de seis jovens, sendo três do gênero masculino e três do gênero feminino. Todos com raízes no povoado de Alto Alegre, porém com residência em cidades, como: Salvador-BA; Goiânia-GO; São Paulo-SP; Belo Horizonte-MG, e o roteiro se deu com a utilização de entrevista semiestruturada.

Como técnica de análise de dados utilizou-se a análise de conteúdo. Para a análise de conteúdo, fez-se uso da pesquisa quali/quantitativa, pois se ajusta melhor nas situações que surgiram no decorrer deste estudo, com reflexo para a qualidade de dados produzidos por jovens que foram entrevistadas e no conteúdo das diversas falas. Nesse sentido, a técnica da análise foi importante para os resultados finais. Nesse processo, compreende-se que o método qualitativo e quantitativo abrange e supre questões que não se limitam a apenas aos dados estatísticos.

Dessa forma, buscar-se-á estabelecer uma linha, que tenha consigo características apresentáveis de elementos capazes de abordar uma estrutura que possa dar condição para que todos os sujeitos sejam engajados, ouvidos e integrados na amostra em estudo.

De uma maneira geral, segundo Bardin (1997, p. 29), pode-se dizer que a sutileza dos métodos de análise de conteúdo, corresponde aos objetivos da ultrapassagem da incerteza e do enriquecimento da leitura. Esses dois polos, desejos de rigor e necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências, expressam as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e o aperfeiçoamento que, atualmente, ainda a faz oscilar entre duas tendências.

O uso da análise de conteúdo nesse texto visa demonstrar a qual ponto pode ser afinado os caminhos que visem a estruturação dos elementos do conteúdo, para dar clareza às diferentes características e extrair o que há de significação, pensando assim, portanto, a análise de conteúdo busca sempre a reconstrução dos fatos a partir de um olhar mais atento às especificidades do que está sendo pesquisado.

Para Brandão (1999, p. 13), a relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares desafia o pesquisador a ver e compreender tais classes, seus sujeitos e seus mundos, tanto através de suas pessoas nominadas, quanto a partir de um trabalho social e político de classe que, constituindo a razão da prática, constitui, igualmente, a razão da pesquisa. Assim, está inventada a pesquisa participante. Não porque - como querem tantos, tantas vezes uma fração obediente de sujeitos populares subalternos da pesquisa do pesquisador, mas porque uma pesquisa coletiva participa, organicamente, de momentos de trabalho de classe, quando ela precisa se reconhecer no conhecimento da ciência.

Com base nessa perspectiva, a pesquisa participante, proporcionará evidenciar e caracterizar de forma singular os sujeitos da pesquisa, bem como demonstrar, qualitativamente, a partir de seus relatos, a maneira e os motivos que os levam a sair prematuramente de sua realidade, de suas comunidades com destinos aos centros urbanos.

Brandão (1999, p. 16) afirma que muitas dessas práticas aparecem indistintamente como método de ação e mecanismo de aprendizagem coletiva. Para alguns, isso culmina na transformação de povo em sujeito político: sujeitos que reivindicam de maneira consciente e organizada uma presença ativa e de real importância na sociedade a que pertencem. Dando sequência, o autor ainda vai dizer que outros veem nestas práticas um método geral para a elaboração teórica, quer no campo da educação, quer no das ciências sociais, contribuindo, com isso, para a diminuição das fissuras, geralmente, existentes entre teoria e prática, sujeito e objeto nas práticas de investigação social e educacional.

De fato, a pesquisa participante abrange e apresenta elementos que estão inseridos na realidade, nas comunidades, nas vivências dos sujeitos pesquisados. Contudo, fortalece as formas de planejamento local dos coletivos, devido à maneira com que são feitos e usados os métodos de pesquisa.

Segundo Brandão (1999, p. 17) a sustentação das atividades de investigação e ação educativa está sobre uma base (ou grupo) organizada, de sorte que essa atividade não culmine em uma resposta de ordem teórica, mas na geração de propostas de ação expressas em uma perspectiva de mudança social.

A pesquisa e todas as outras observações foram realizadas com e a partir da juventude natural da comunidade de Alto Alegre, listando os motivos do êxodo rural nessa comunidade, pois é um trabalho que contempla a realidade do cotidiano dos grupos sociais e valorização sobre a produção, o poder e a cultura de seus mundos. As discussões giraram em torno dos pontos de vista da juventude pesquisada, visto que a proposta é, justamente, promover essa análise a partir do que ela entende acerca dos seus anseios, de suas necessidades e de seus posicionamentos a respeito do êxodo rural. Nessa perspectiva, na seção seguinte, tratar-se-á da educação do campo e das implicações do êxodo rural jovem no desenvolvimento territorial do campo em Santanópolis-BA.

### **3 EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS IMPLICAÇÕES DO ÊXODO RURAL DA JUVENTUDE DO CAMPO**

Compreende-se que a educação do campo<sup>1</sup> nasce pelas históricas e múltiplas formas de vida do povo camponês, na sua luta diária por terra, trabalho e educação. Dessa mobilidade, surge a necessidade histórica dos oprimidos em ter uma concepção de educação que aponte para a superação do modelo arcaico e atrasado de educação rural, descontextualizada das necessidades dos camponeses. Essa luta teve a abrangência, estímulos e construção dos movimentos de representatividades dos trabalhadores do campo.

Segundo Caldart (2012), o protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar o fio de alguns nexos estruturantes desta experiência e, portanto, nos ajuda na compreensão do que, essencialmente, ela é e na consciência de mudança que assinala e projeta para além dela mesma.

Esse direito social foi discutido, debatido e construído, a partir da organização social, por meio de muitas audiências, reuniões e debates. Começa-se, então, a moldar o projeto de transformação social coerente com a realidade possível para o momento e, com as perspectivas de futuro por dentro da perspectiva da Educação do Campo.

O surgimento da expressão Educação do Campo nasce, segundo Caldat (2012), a partir das discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002, decisão, posteriormente, reafirmada nos debates da II Conferência Nacional realizada em junho de 2004. Em meio aos debates, discussões em torno da expressão da Educação do Campo se materializam como contraponto a expressão Educação Rural, tendo a funcionalidade de amparar aos sujeitos camponeses que não se sentiam

---

<sup>1</sup>Assim, a concepção de Educação do Campo (EdoC) estabelece relação entre a educação, a direção do desenvolvimento da agricultura camponesa e do projeto para o Brasil. Ela nasce no bojo do processo de resistência e luta dos camponeses e das camponesas que vivem no e do seu trabalho no campo e também na luta pelo direito à educação. (FELIX DOS SANTOS, PALUDO E OLIVERIA, 2010, p. 51)

integrados em uma educação que falasse sua língua, que fosse a voz de seu povo, que estivesse no seu contexto, na sua realidade.

Segundo Caldart apud Molina (1999, p.26, utilizar-se-á a expressão *campo*, e não mais l, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando se discute a Educação do Campo, se estar tratando da educação que se volta ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do campo, sejam camponeses, sejam nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho rural. Embora haja uma preocupação mais ampla, há uma, em especial, com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político.

Dessa forma entende-se que camponês é sujeito que compõe um território, uma comunidade que provém ou não do acesso à terra, água, recursos humanos. Sujeito que usa de sua força de trabalho nas atividades agrícola e pecuária, produzindo recursos a serem utilizados para sanar as suas demandas. Além disso, dispõe de condições humanas que permitem viver no campo, com especificidades únicas, respeitando o espaço/natureza.

As famílias camponesas são aquelas que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir, adequadamente, um ciclo da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho, dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2012, p. 113).

Caldart (2012) afirma, ainda, que o argumento para mudar o termo Educação Básica do Campo para Educação do Campo aparece nos debates de 2002 realizado no contexto da aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº36/2001, relativo às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (Brasil, 2001) e com a marca de ampliação dos movimentos camponeses e sindicais envolvidos nessa luta.

Caldart Apud Cerioli et al (2002, p.10) menciona ter uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo, sendo que a educação compreende todos

os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seus próprios destinos. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para trabalho e para a participação social.

Molina e Taffarel (2012, p. 574), por sua vez, – ao contrário da concepção hegemônica nas práticas educativas atuais orientadas para inserção no mercado pura e simplesmente, sem questionamentos da lógica que as conduz, maximizando, infinitamente, o individualismo, a competição e o consumismo de pessoas e coisas –, defendem a concepção de formação contida nas políticas de Educação do Campo conquistando, necessariamente, parte da reflexão sobre o perfil de ser humano que se almeja formar com tais políticas: para qual campo e para qual sociedade? Os valores embutidos nestas políticas contrapõem-se aos valores capitalistas, baseando-se no ideal das coletividades, na solidariedade, na superação da propriedade privada, na construção de uma sociedade em que todos trabalhem, recusando a forma na qual uns vivem do trabalho de outros.

Com a formalização da expressão Educação do Campo e compreendendo o movimento de esforço no momento da constituição da Educação do Campo, é notório a configuração em uma base que se estende até os dias atuais, como movimento também de luta educacional, reafirmação da identidade dos sujeitos, da juventude camponesa, do acesso à terra, à água e, por fim, o acesso a políticas públicas que garantam sua permanência e a condição de escolher sua saída ou não do campo.

Para Caldart Apud Frigotto (2010, p.29) a Educação do Campo produz uma realidade que não é nova, inaugurando uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo, os movimentos sociais interrogam a sociedade brasileira: por que em nossa formação social os camponeses não precisam ter acesso à escola e a propalada universalização da educação básica não inclui os trabalhadores do campo? Uma interrogação que remete à outra: por que em nosso país foi possível, afinal, constituir diferentes mecanismos para impedir a universalização da educação escolar básica, mesmo pensada dentro dos parâmetros das relações sociais capitalistas?

As interrogações de Frigotto (2010) só refletem a ausência das políticas públicas educacionais que estejam voltadas para os sujeitos e a juventude do campo. Faz-se,

portanto, necessário termos a oportunidade de acesso a políticas públicas que nos façam refletir acerca do nosso papel na sociedade, formando-nos enquanto sujeitos e jovens críticos, haja vista que essa ineficiência é um reflexo da carência de investimento público, uma vez que o financiamento para a educação brasileira só é empregado cerca de 5% daquilo que é arrecadado no PIB (Produto Interno Bruto) (TATEMOTO, 2019).

Nessa medida, Tatemoto (2019) diz que, quando se leva em conta o número de alunos e a quantidade de investimento para cada estudante, o cenário brasileiro é um dos piores, estando abaixo de nações, como: Argentina, Chile, Colômbia e México. O Brasil que tem mais de 40 milhões de matriculados na Educação Básica, investe 5,6 mil dólares anuais para cada aluno, levando-se em conta o salário de docentes, material escolar e infraestrutura, políticas de formação de novos professores e medidas para se diminuir o número de educandos por sala de aula, de acordo com estudos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Assim sendo, essa configuração da ineficiência dos investimentos públicos para a educação e, principalmente, para que a educação alcance uma categoria que a muito tempo não é visível. É nesse viés que entra na luta os movimentos sociais, no debate para afirmação da Educação do Campo como mecanismo de luta dos camponeses.

Segundo Caldart (2012), durante a I Conferência Nacional, houve um debate acalorado, reentrada do campo na agenda nacional, o que acabou acontecendo na década seguinte, mas não pelo polo do trabalho, e sim, pelo do capital, materializado no que se passou a denominar Agronegócio, promovendo uma marginalização, ainda maior, da agricultura camponesa e da Reforma Agrária, ou seja, das questões e dos sujeitos oriundos do movimento por uma Educação do Campo.

Já a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em julho de 2004, com mais de mil participantes representando diferentes organizações sociais e também escolas de comunidades camponesas, demarcou a ampliação dos sujeitos dessa luta. Foram 39 entidades, incluindo representantes de órgãos do governo, organizações não governamentais, organizações sindicais de trabalhadores rurais e de professores, além dos movimentos sociais camponeses, que assinaram a declaração final da conferência. Foi também nesse momento que aconteceu uma explicitação mais forte do contraponto do projeto de campo, distinguindo posições entre entidades de apoio e entre

as próprias organizações de trabalhadores que passaram a integrar a Articulação por uma Educação do Campo.

Em consonância, Molina e Taffarel (2012, p. 573) dizem que, em contraponto ao movimento das frações da burguesia local, também agem os movimentos sociais do campo, que disputam a construção de políticas públicas, mas numa outra lógica. Sua perspectiva é garantir os direitos sociais a todos os camponeses, especialmente, os direitos à educação. Para isso, exigem não qualquer política, mas uma política diferenciada na forma e no conteúdo, definida com sua presença e participação.

Nesse contexto, pensar, construir, a concepção da Educação do Campo foi de extrema competência e importância, pois a educação precisa ser uma estrutura que promova a mudança necessária, tendo em vista o desenvolvimento social, histórico, cultural, ambiental e econômico do lugar, sendo os sujeitos agentes de transformação. Compreende-se, desse modo, que é necessário ampliar esse viés de forma que todos se sintam integrados nesse movimento de luta e contraponto às políticas do capital, podendo, assim, preservar seu habitat natural e fomentar seu processo cultural, pensando na sua manutenção e posicionamento no campo da política.

De acordo com o cenário, vale ressaltar esse momento grandioso para a Educação do Campo. O projeto de campo que os sujeitos camponeses almejam e necessitam é transformador e gerador de vida, pois a importância de um projeto como esse é de afirmação com a perspectiva de desenvolver e dar condições para que a juventude, homens e mulheres possam trilhar por um caminho que os leve a ter dias melhores, com políticas públicas educacionais, de acesso à terra, à água, à moradia digna e, realmente, efetivas.

Para Molina e Taffarel (2012, p. 571), as políticas de governos determinam, em primeira ou segunda instância, as condições de vida na sociedade. Em última instância, o que determina a política é o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção: a relação entre os homens e a natureza, a produção dos bens materiais e imateriais, e o sistema de troca daí decorrente.

Percebe-se também muita dificuldade de acesso aos bens comuns aos cidadãos, prioritariamente, enfrentada pela juventude do campo, além da educação contextualizada,

as questões relacionadas à pouca disponibilidade para a opção de lazer, fragmentando aquilo que é necessário para preservação de sua qualidade de vida.

Diante do exposto, pode-se compreender a fragilidade da educação para a juventude do campo levando-a a perder sua identidade, suas vivências e o processo sociocultural da sua população, resultando na saída de seus lares com a perspectiva de melhorias.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2014), entre 2002 a 2015, o Brasil fechou mais de 37 mil escolas rurais, isso corresponde a uma queda de, aproximadamente, 102 mil estabelecimentos para 65 mil no período supracitado.

Além do fechamento das escolas do campo, outros fatores também colaboram com o êxodo rural de jovens, tais como: a descontinuação do currículo educacional na permuta de gestões municipais; desvalorização da escola na zona rural; o artifício de 'punir' os professores que não votaram nas gestões, colocando-os na escola distantes, gerando insatisfação ; as condições estruturais das escolas que se mantêm ao longo de décadas, sem ocorrer reforma e adequação para dar conforto aos alunos; os transportes escolares sem segurança, além do conteúdo descontextualizado com a realidade desses sujeitos.

Arroyo (2007), ao analisar políticas de formação de educadores do campo, revelou que as consequências da inspiração no paradigma urbano são marcantes na secundarização e na falta de políticas para o campo em todas as áreas públicas, e de maneira particular, na saúde e na educação. O campo, nessa leitura, é visto como um lugar constituído por grupos sociais atrasados, resquícios de sociedades antigas em processo de mutação para uma sociedade moderna.

Assim, vendo a tal situação, faz-se compreender a inoperância do Estado no que se refere às políticas públicas para a juventude do campo, em aspectos que garantiriam estímulos para que esses jovens se mantivessem no meio rural. Isso, acaba por lesionar a identidade, abrindo espaço para que eles não se sintam integrantes desse meio e impulsionados a se manterem ali, onde tudo começou, ao lado da família, dos vizinhos, na comunidade. Ocorre, entretanto, um movimento contrário ao que acontecia no passado, em que os filhos da terra eram estimulados a trabalhar, a viver dignamente nesse meio.

Para Spanevello (2008) os jovens têm uma tendência de seguir seus pais, por exemplo, filhos de pais que moram na cidade, em apartamentos, pais que têm emprego e horários a serem cumpridos, os filhos terão a tendência de seguir o mesmo caminho. Com os jovens filhos de agricultores a tendência seria a mesma; deveriam também ter interesse em permanecer na propriedade, buscar novas alternativas de renda dentro da propriedade, porém isso, na maioria das vezes, não acontece. Diferentemente dos jovens urbanos, que não têm interesse em migrar para o meio rural, os jovens rurais veem o meio urbano como seu futuro.

Com a dificuldade em função destes fatores e pela falta de perspectiva os jovens deixam o meio rural na compreensão de buscar uma alternativa no meio urbano, melhorando a qualidade de vida e facilitando o acesso ao trabalho assalariado, ou seja, na ideia de que nos centros a manutenção por melhores condições sociais e econômicas prevalecem. Ao se permitir essa mudança de vida, de realidade, pode-se observar que a saída da juventude do campo torna-se o pilar para a despovoação das comunidades rurais, pois a tendência dos que ficam também é partir, ao ver o irmão, o primo, os familiares, os vizinhos etc., indo embora.

Abramovay apud Durston (1999, p. 13) levantam a hipótese de que, num primeiro estágio da transição demográfica/ocupacional, jovens rapazes pouco qualificados emigram, em geral temporariamente, para suplementar a escassa renda da família, especialmente nas etapas iniciais de formação de seus próprios lares, quando têm pouco capital, terra herdada ou trabalho para permitir sua sobrevivência no interior de sua própria unidade produtiva. Num estágio seguinte desta dupla transição, as moças estão mais expostas a alternativas, à vida numa cultura 'machista' tradicional e alcançam mais anos de educação formal que podem servir como passaporte para trabalhos qualificados e, frequentemente não manuais, num novo ambiente.

Nessa perspectiva, Magri (2008) argumenta que no caso das moças a migração acontece com mais facilidade devido à oportunidade de trabalho em casas de famílias como domésticas ou assalariadas em empresas. As razões para esta migração podem estar ligadas à falta de valorização no meio em que vivem, bem como, por vezes, seu maior interesse em estudar, buscando a formação profissional.

Não esquecendo também as questões voltadas para a herança da propriedade, cuja realidade obedece à cultura da comunidade ficando, na maioria das vezes, os

homens com as terras e os bens de produção, enquanto as mulheres ficam com as casas. Segundo Villela (2016) mais de 12% das terras no Brasil pertencem às mulheres e essas propriedades representam pouco mais de 5% das áreas rurais. Os homens são donos de 87,32% das propriedades no país, que representam quase a totalidade das áreas rurais. A maioria das agricultoras com terra tem propriedades com áreas menores de 5 hectares. As informações fazem parte do estudo Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural, divulgado pela organização não governamental Oxfam Brasil. Dos produtores rurais sem posse da terra, 4,5% são homens e 8,1% são mulheres - quase o dobro.

Tal situação leva a acreditar que a desigualdade demonstrada nos dados acima está ligada à não divisão da propriedade rural. Esse fato, decorre da violência do patriarcado e invisibilidade feminina no campo, motivada pela desvalorização do trabalho desenvolvido por elas e pela escassez de espaço reservado para essas atividades agrícolas, em que são desempenhadas funções somente de auxiliares (BRUMER, 2004).

Abramovay et al (1999), ainda vai dizer que em algumas situações, o caráter seletivo das migrações está ligado a dinâmicas intrafamiliares em que as moças têm uma carga de trabalho pesada no interior das unidades de produção familiar, sem qualquer contrapartida que lhes indique horizontes em que sua permanência no campo possa ser valorizada. Deixar a residência paterna é o caminho mais curto para a independência econômica, apesar dos inconvenientes ligados ao trabalho de doméstica. A própria família estimula esta migração, uma vez que são bem reduzidas as chances de as moças poderem se estabelecer como agricultoras ou esposas de agricultores.

Com essa dificuldade da juventude se manter e no meio rural, percebe-se um número maior de homens que permanecem, enquanto o número de mulheres que migram para os meios urbanos é maior. Isso gera a necessidade de se refletir a questão da sucessão familiar dentro da propriedade no meio rural.

Com essa realidade tem-se um meio rural mais masculinizado, uma vez que migra para o meio urbano uma quantidade maior de moças em busca de melhores condições de vida, supõe-se que as principais necessidades sejam educação de qualidade, assistência médica, trabalho assalariado etc. Dessa forma, ficam na propriedade os pais e os rapazes, ou seja, os mais velhos e, por vez os filhos mais velhos em que a tendência é a estruturação de formação de família.

No Brasil de 1940 a taxa de urbanização era de 31,23% (IBGE, 1940), ou seja, um país prioritariamente rural. Desde então, o país vem passando por um forte processo de elevação dessa taxa, chegando ao censo demográfico de 2010 com 84,36% de sua população residindo no espaço urbano. Esse dado só confirma o quanto o êxodo rural é, frequentemente, real com a população do campo e, sucessivamente, para com a juventude rural.

Esse fenômeno nos fez entender, consideravelmente, a inserção dos camponeses, distanciando-se de suas propriedades rurais, de suas atividades agrícolas, ou seja, o êxodo rural tem se tornado um vetor de negação da identidade da juventude camponesa, pois a partir dela, esses sujeitos se deslocam para o meio urbano em busca de uma perspectiva de mudanças de vida. Esse movimento constitui-se num mecanismo de busca por oportunidade daquilo que no meio rural é de difícil acesso.

Durante décadas, o aumento da industrialização, fez com que muitos sujeitos do campo deixassem o campo e migrassem para as cidades, ou seja, praticassem o êxodo rural, produzindo profundas consequências no campo brasileiro, bem como afetando também o processo de organização do meio urbano, esse fator tem uma marca significativa nas cidades, pois esses sujeitos ao saírem de suas propriedades, para as cidades tendem a ocupar locais que, na maioria das vezes, não tem abastecimento de água, luz elétrica, saneamento básico, condições básica para seu desenvolvimento, gerando uma situação que tende a resultar no inchaço urbano.

Com esse acelerado avanço da migração da juventude do campo, compreende-se que o crescimento no meio técnico, a força do trabalho no campo foi substituída pelos maquinários, expulsando os sujeitos das suas terras, através da modernização da produção, ou seja, replicando cada vez mais forte o poder do capital, e suas tendências de globalização.

A esse respeito Silva diz:

são inegáveis as transformações nas relações de trabalho e de produção no campo brasileiro em virtude da inserção de tecnologia, dos reajustes da macroeconomia contendo o processo de reestruturação produtiva e de políticas neoliberais. (SILVA, 2015, p. 2).

Diante de tal situação podemos compreender os efeitos do movimento do êxodo rural no Brasil, não sendo diferente em Santanópolis interior do estado da Bahia. Essa configuração só demonstra a política de despovoamento do campo brasileiro, a partir dos

efeitos da globalização, atrelado à forte influência do capitalismo por meio da política neoliberal. Tal situação marca o impactante sucateamento das políticas de fomento da agricultura familiar, extinção dos programas sociais de desenvolvimento territorial, de habitação, de financiamento de crédito, além de deslegitimar as políticas públicas para juventude camponesa.

Segundo Silva (2015), a exclusão social e econômica dos camponeses, a desapropriação territorial, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho no campo, a acentuação dos conflitos sociais e a luta pela terra ascendem com veemência frente à territorialização do capital e a tecnificação no campo brasileiro, principalmente, no Nordeste em que a concentração de terra reside de forma perversa e assustadora.

Diante deste cenário far-se-á erigir diversas políticas públicas de atendimento aos camponeses e de desenvolvimento rural, como forma de incitar o desenvolvimento econômico, contudo trata-se de medidas paliativas e obscuras que buscam atenuar os conflitos e misérias no campo e não as dirimir. Haja vista que a lógica do capital é assegurar a produção da mais-valia, sendo a reprodução da miséria um dos seus sustentáculos de acumulação.

Silva (2015) alerta que a modernização do campo brasileiro se processou de forma conservadora, pois não alterou a estrutura fundiária. Ao contrário, exacerbou a luta pela terra, a pobreza no campo. O agronegócio foi o grande beneficiado em detrimento do camponês que, mesmo diante de muitos casos de expropriação, luta por seu retorno e permanência no campo, na agricultura. Logo, a lógica do capital é apropriar-se de novos territórios, novos espaços via inclusão e exclusão dos camponeses para viabilizar sua territorialização no campo.

Analisando esse processo que se estende no que diz respeito às políticas educacionais da educação do campo, faz-se emergir num contexto de lutas sobre qual essa categoria se baseia, a partir de seus princípios e fundamentos, como: a inclusão e o reconhecimento dos sujeitos do campo como cidadãos do processo educacional e de sua própria identidade; emancipação humana e a construção de outro modelo de sociedade; garantia que os sujeitos da educação do campo sejam os próprios sujeitos do campo e etc.

Assim, é legitimada a lógica pedagógica existente nesse meio ao longo de décadas pelo seu povo, como a forma de se relacionar específica dos espaços culturais, edificados pela pluralidade, diversidade e respeito pelo campo, pela natureza, pela vida.

Portanto, após compreender os efeitos e as motivações da educação do campo e as implicações sobre o êxodo rural da juventude do campo, revela-se o quanto é importante a ampliação dessa discussão pela sociedade. Desse modo, trarei a problematização, bem como dados levantados nas entrevistas com os sujeitos pesquisados no próximo capítulo.

#### 4 EFEITOS E MOTIVAÇÕES DO ÊXODO RURAL DA JUVENTUDE DO CAMPO NO POVOADO DE ALTO ALEGRE, SANTANÓPOLIS, BA

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, com base nas informações obtidas nas entrevistas com jovens, tendo como apoio as revisões bibliográficas e a técnica de análise de conteúdo.

No município de Santanópolis-Ba, onde a presente pesquisa foi realizada os dados do IBGE (2010) mostram que, embora a população rural seja maior do que a população urbana, é importante fazer um levantamento para compreender que modificações estão, visivelmente, acontecendo entre o movimento do rural para o urbano. Devido a isso, buscou-se analisar a comunidade rural Alto Alegre desse município, na qual esse movimento conhecido como êxodo rural está ocorrendo.

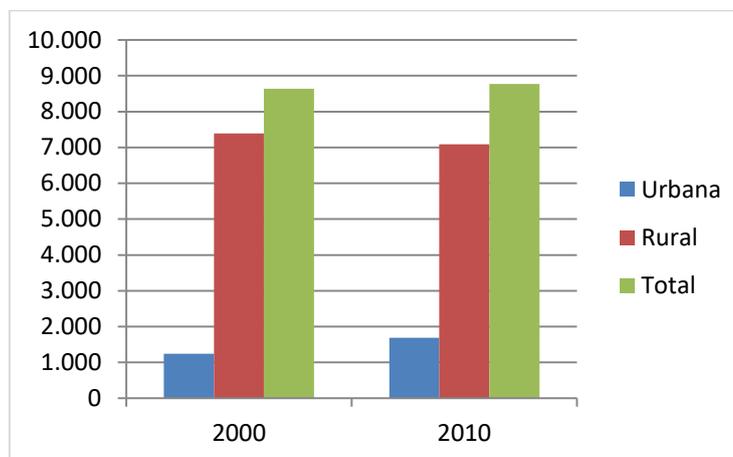
**TABELA 1: POPULAÇÃO DE SANTANÓPOLIS/BA, NO PERÍODO DE 2000 A 2010**

<b>População de Santanópolis/BA</b>		
	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Urbana</b>	1.245	1.684
<b>Rural</b>	7.391	7.092
<b>Total</b>	8.636	8.776

**Fonte:** CENSO Demográfico IBGE (2000 a 2010)

Em 2000, como mostra os dados obtidos pelo IBGE, a população de Santanópolis era composta por 85,58% rural e 14,42% urbana, legitimando o quanto a população rural do município é maior do que a urbana. Além disso, consta nesses dados obtidos pelo IBGE o crescimento desse número em 2010, ficando a população urbana com 19,2% e a rural com 80,8%, elevando os dados para, aproximadamente, 8% de crescimento da população em 10 anos. O IBGE estima que a população de Santanópolis/BA será de, aproximadamente, 8.987 pessoas, um crescimento de 2,4% em 2021. É visível no gráfico a comparação da população rural x urbana entre os anos de 2000 a 2010.

**GRÁFICO 1: POPULAÇÃO RURAL E URBANA NO MUNICÍPIO DE SANTANÓPOLIS/BA**



**Fonte: IBGE.**

A população residente em Santanópolis/BA do gênero feminino em 2010 segundo dados do IBGE era de 4.530 pessoas, enquanto do gênero masculino era de 4.246 pessoas, correspondendo a um percentual de 51,6% feminino e, aproximadamente, 48,4% masculino. Os dados registrados nesse mesmo ano mostram, ainda, que a população feminina é a grande maioria, fato que tem uma relevância quando vamos analisar a situação do êxodo rural, pois, na grande maioria, os sujeitos que vão embora em busca de “oportunidades” nos centros urbanos são homens, situação que vai na contramão quando se observa as tendências migratórias de outros estados, em que as mulheres são a maioria.

A partir de dados levantados com o ACS (agente comunitário de saúde) de Alto Alegre, em 2000, a população estimada dessa comunidade era de, aproximadamente, 300 pessoas. Essa informação ganha destaque quando se observa que em 2020 esse dado subiu para, aproximadamente, 380 pessoas, (sem considerar o número de óbitos) obtendo um crescimento populacional estimado de 126 por cento, em 20 anos.

Se analisarmos que em 20 anos tivemos um crescimento de aproximadamente 80 pessoas e, fizemos uma estimativa que existe um percentual de 50 % de adolescentes e 50% de jovens, teremos um quantitativo considerado de 40 jovens na comunidade, desses, pode-se observar que 75% não se mantêm na comunidade até completar a idade adulta.

Segundo o ACS, esses jovens não se mantêm na comunidade até atingir os 29 anos, ou seja, a saída desses sujeitos de seu lugar de origem tornou-se rotineira, e mais, tornou-se algo normal, pois é visível com a pesquisa que, a maioria, não conclui o ensino fundamental II, tampouco o ensino médio completo, indo, segundo ele, “*sem eira nem beira*”.

Essa menção nos chamou a atenção. Como dito anteriormente, a expressão é utilizada para ilustrar pessoas sem bens, sem posses. Essa referência às desigualdades sociais é categórica na dinâmica de êxodo rural de jovens. Desse modo, com os dados levantados pelos seis jovens pesquisados, é possível notar inúmeras dimensões que os levaram a sair da comunidade, no movimento de migração com destino aos centros urbanos. Assim, serão expostos, a seguir, trechos das falas dos entrevistados.

#### QUADRO 2. DESCRIÇÃO DAS FALAS DOS ENTREVISTADOS.

<b>QUESTÃO: SUA SAÍDA DE ALTO ALEGRE PARA ZONA URBANA SE DEU POR QUAL MOTIVO?</b>
<i>Minha saída foi por opção de emprego, porque aqui não tem muito emprego, e nem uma fonte de renda fixa (Entrevistado Miranda - Salvador/BA, 2021).</i>
<i>Sair porque não tinha escolha, né!? A gente não pode ficar dependendo nem da família nem da prefeitura, aí eu fico meio que... Nós temos de trabalhar. É indo para outra cidade outro estado porque aqui em Santanópolis é pouco serviço para muita gente, e desse jeito temos que ir embora e ficar longe da família (Entrevistado Amorim - Goiânia/GO, 2021).</i>
<i>Sai por querer uma vida independente, ter o meu próprio negócio. E venho buscando isso, ainda não conseguir, mas tenho meu emprego né!? Tenho minha carteira assinada, e trabalho pra um dia conseguir meu objetivo. (Entrevistada Silva - São Paulo/SP, 2021).</i>
<i>Sair pela falta de emprego, Alto Alegre é uma comunidade Rural o município também é pequeno, então não tinha essa condição de nos dar trabalhar aqui, de ter um emprego, um salário (Entrevistado Alves - Belo Horizonte/MG, 2021).</i>
<i>Sai para buscar melhor qualidade de vida (Entrevistada Sousa - reside em Belo Horizonte/MG, 2021).</i>
<i>Sai em busca de uma renda melhor e melhoria de vida. (Entrevistada Santos - Salvador/BA, 2021).</i>

**Fonte:** Entrevistas realizadas por Cerqueira (2021).

Diante do exposto, os motivos do êxodo, aqui, apontam para a dimensão do trabalho; ausência de políticas públicas que garantam a permanência da juventude, bem como a cultura e o lazer desses sujeitos. Outro motivo é a dimensão dos projetos de vida e futuro vinculados à lógica do próprio negócio. Além do falso estímulo ao empreendedorismo.

Vale ressaltar que, todos esses jovens com falas destacadas, apresentam situações comuns com a realidade atual, isto é, falta de emprego, necessidade de salário fixo; necessidade de melhoria na qualidade de vida e renda; e a busca de negócio próprio. Destacam, ainda, o tamanho do município como consequência de não terem acesso ao mercado formal, também dar-se ênfase à falta de renda ao dizer que a família não tem condições de mantê-los. Muitas são as adversidades apresentadas nas falas que caracterizaram suas partidas da comunidade para os centros urbanos.

Mendonça et. al. (2008, p. 2) cita outros fatores para a intensificação do esvaziamento rural: “as maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, a insatisfação com o ganho obtido na agricultura, a penosidade e a imagem negativa do trabalho.”

Esses fatores nos levam a compreender que o acesso ao mercado de trabalho por salário fixo mensal é o mecanismo que mais chama à atenção desses jovens, quando se referem a sair de sua comunidade, eles veem com essa saída uma oportunidade de ter uma melhor qualidade de vida, pois a relacionam diretamente com emprego e renda fixa. Essa concepção, nos revela o quanto é difícil viver na zona rural sem acesso a políticas específicas para manutenção da juventude do campo.

Podemos ver também que as condições precárias no campo, fundamentam o entusiasmo dos jovens a partirem. Pois bem, esses sujeitos não têm acesso aos serviços básicos que necessitam ou a serviços mais supérfluos, como por exemplo, área de lazer. Logo, essas precárias condições de vida no campo fortalecem o êxodo rural, incentivando-o, uma vez que se o sujeito vive mal no campo, migra para cidade em busca de uma melhor condição de vida.

Nota-se que o ambiente urbano possui mais atrativos para as pessoas, de maneira geral. A cidade através da industrialização, aumenta também o setor de serviço, logo as

possibilidades de emprego com carteira assinada são, de fato, maiores na cidade, gerando essa atração do sujeito do campo para a cidade.

Esse movimento, que ocorre não somente em Alto Alegre, mas em outras comunidades rurais do município de Santanópolis, tem gerado sérias consequências, como por exemplo, o inchaço dos centros urbanos, como também o esvaziamento da zona rural.

Segundo Jadson Lima (2019) o inchaço urbano é considerado como o crescimento desordenado de pequenos centros, os quais concentram o maior número de pessoas em um único lugar. Tal situação é nítida, é só observar na paisagem em que a cidade cresce de forma desorganizada sem planejamento, etc. e, com isso, amplia a desassistência do poder público, pois os moradores dessas áreas estão cercados de dificuldades, ainda mais quando os serviços públicos não são acessíveis a eles.

Esse efeito está relacionado à falta de oportunidade nas áreas de menor proporção populacional, levando, cada vez mais, pessoas a morarem nos centros urbanos, ou seja, nas grandes cidades e em regiões metropolitanas. Assim, com tantos sujeitos vivendo num mesmo lugar, a tendência é que também fiquem desassistido pelo poder público, uma vez que são áreas que não têm a atenção primária, como: saneamento básico, acesso a transporte, emprego, moradia, água encanada e etc. elevando a pobreza nos centros urbanos.

Segundo o IBGE 2021, o Brasil apresenta uma taxa de 14,8 milhões de desempregados, evidenciando que o nosso país é incapaz de proporcionar oportunidade descentralizadas. Diante de tamanha gravidade apresentada pelo expressivo número de desempregados, Ricardo Antunes (2008) mostra que desde logo é preciso indicar que a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a classe-que-vive-do-trabalho e que são despossuídos dos meios de produção.

Ricardo Antunes (2008) afirma, ainda, que a forma de atividade social, movida predominantemente por valores não-mercantis, tem tido certa expansão, através de trabalhos realizados no interior das ONGs e outros organismos ou associações similares. Trata-se, entretanto, de uma alternativa, extremamente, limitada para compensar o desemprego estrutural, considerando que não se constitui numa alternativa efetiva e

duradoura ao mercado de trabalho capitalista e, conforme dito anteriormente, mascaram, frequentemente, formas precarizadas de trabalho.

E esse cenário se agrava nos anos de 2020 e 2021, em meio a uma pandemia que assola diversos países do mundo, inclusive, o Brasil. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS)<sup>2</sup> declarou o novo coronavírus (covid-19) como pandemia. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) a recuperação sustentável desta crise sem precedentes dependerá do compromisso, da cooperação e da solidariedade mundial.

Com essa crise agravada pela pandemia, aliada às iniciativas em nível de Estado, brasileiro ineficientes - alimentando uma postura negacionista frente à importância da ciência e da vacinação, bem como do isolamento social -, além de uma realidade devastadora de óbitos fizeram com que muitas empresas fechassem, gerando o aumento do desemprego, da fome, de inadimplência no pagamento das dívidas e insegurança com a promoção da saúde. Essa realidade dialoga com Antunes (2008) que menciona a consequente elevação da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado.

Olhando para comunidades periféricas imersas na desassistência e com o inchaço urbano, avaliamos que o estado não tem planejamento para essas áreas, em especial para atender a chegada desses sujeitos do campo, que aja vista se submete a essa realidade, com a perspectiva de melhor condição de vida. Essa juventude sai do campo sem a devida qualificação profissional, sem experiência e não consegue ser inserida no mercado de trabalho formal, cabendo-lhe o desenvolvimento de atividades informais, por questão de sobrevivência. Segundo a Agência Brasil, o IBGE 2021 apresenta que entre os 86,7 milhões de pessoas ocupadas no Brasil, 34,7 milhões eram trabalhadores sem carteira assinada, pessoas que trabalham por conta própria, sem CNPJ e aquelas que trabalham auxiliando a família.

Segundo Ricardo Antunes (2008) somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, os desempregados, os “trabalhadores voluntários etc., sendo que o mundo do trabalho atual tem recusado os trabalhadores herdeiros da “cultura

---

<sup>2</sup>Disponível em <https://unric.org/pt/nacoes-unidas-um-ano-do-combate-a-pandemia/>

fordista”, fortemente especializados, substituindo-os pelos trabalhadores “polivalentes e multifuncionais” da era toyotista.

Isso se agrava quando se pensa na ascensão do jovem no mercado do trabalho como fruto do uso de sua força de trabalho, sem condições, sem qualificação, aumentando, conforme Antunes,

[...]a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural. (ANTUNES, 2008, p. 5).

Segundo Stopasolo (2008, p. 158) apud Stanek (1998), o desejo dos pais para que os filhos busquem outras ocupações oferece um canal aberto ao êxodo rural, principalmente, quando está em jogo a busca por melhores condições sociais e ocupacionais. Os pais, geralmente, expressam uma percepção baseada em atitudes críticas e negativas em relação ao ambiente social imediato e a ocupação atual para justificar a emigração dos filhos e a busca por melhores condições de vida.

Um fato que colabora com o anseio dos pais sob a justificativa dos seus filhos buscarem ‘melhores condições de vida’ é o novo Ensino Médio. A reforma curricular entrará em vigor, contribuindo, fortemente, com a desigualdade social na educação, principalmente, quanto à juventude camponesa, pois observando o modelo, ver-se que tem o dedo do sistema neoliberalista, haja vista que esse sistema não tem outra perspectiva a não ser a incerteza, a desigualdade, a exploração, e a obtenção de vantagem com a percepção de mercado.

Segundo Santos e Martins,

tais reformas curriculares estão afinadas com o discurso neoliberal, o qual vem afirmando que o objetivo político de democratizar a escola depende da realização de uma profunda reforma administrativa do sistema escolar orientada pela necessidade de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, produtividade e eficácia, ou seja, a qualidade dos serviços educacionais. Dessa maneira, a estratégia do neoliberalismo consiste em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, questionando, assim, seu caráter de direito e reduzindo-a a sua condição de propriedade (SANTOS; MARTINS, 2021, p. 6).

Santos e Martins (2021) continuam afirmando que a proposta do novo ensino médio coloca em questão a obrigatoriedade do Estado em promover condições para que os

jovens da classe trabalhadora alcancem seus objetivos, bem como a possibilidade de a escola promover uma educação pública de qualidade na aprendizagem desses jovens, ou seja, responsabiliza o jovem, quanto à aprendizagem escolar, pelo o objetivo não atingido, popularmente se confirma a ideia de *tirar o corpo fora*.

Portanto, quando se pensa no modelo de educação pautado na descaracterização da coletividade, objetivando sobre uma visão individualista, em que permeia a condição de incertezas sobre as escolas, a formação e competição, entende-se que essas ideias incentivam o processo de construção de jovens destinados ao fracasso com responsabilidade, prioritariamente, individual. Essa expressão se encontra *sob o discurso do protagonismo juvenil, projeta-se um jovem adaptado à ordem social burguesa e na qual tem-se a ilusão de autonomia e liberdade de escolhas*. (SANTOS; MARTINS, 2021, p. 18)

Considerando tal situação posta acima e observando os argumentos dos entrevistados, o êxodo rural da juventude do campo, está fundamentado sobre a realidade local, ou seja, se funda na realidade e nas condições que Santanópolis tem a oferecer de acesso a uma educação de qualidade, ao meio de lazer, a modos de produção que garantam renda a essa juventude do campo, inclusive, o acesso à terra, pois é possível demarcar diversas consequências em torno dessa questão. Um fator importante que vale ressaltar, é que diante de tal situação, a continuidade do êxodo rural da juventude do campo, trará uma série de dificuldades, bem como a descontinuidade da agricultura familiar, da identidade com o campo, manutenção das estruturas locais e a construção de novas famílias.

Além do ponto elencado acima, pode-se perceber o quanto predomina a concentração fundiária, ou seja, as grandes propriedades em mãos de poucas pessoas, as terras mal distribuídas, em detrimento de muitas pessoas com pouca terra. Isso tem gerando uma dificuldade ainda maior para o agricultor familiar se estruturar para oferecer melhores condições de vida para seus filhos, evitando a saída prematura.

O Agricultor familiar não tem condição de se quer manter-se no campo em condições objetivas de ter como viver daquilo que produz, e não é novidade que o fato dele não terem essa estabilidade, não ter o acesso à terra, etc., resulta por vender sua propriedade rural, migrando para a cidade em busca de melhores condições. Ocorre também de não irem todos os membros da família. Nesse caso, os pais investem o recurso da venda da propriedade na ida do filho, passando a viver das políticas assistencialistas

que há no município ou do programa Bolsa Família. O Brasil não foge à regra de apresentar uma condição de vida no campo mais precária, o que interfere no processo do êxodo rural.

Em Santanópolis a estrutura fundiária está baseada da seguinte forma:

**TABELA 2: ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE SANTANÓPOLIS/BAHIA**

<b>GRUPOS POR ÁREA</b>	<b>Nº ESTABELECIMENTO</b>	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>ÁREA (%)</b>
<b>Minifúndios</b>	15	1	0,01
<b>Pequena Propriedade</b>	1.146	2.338	18,68%
<b>Média Propriedade</b>	159	7.502	59,91%
<b>Grandes Propriedades</b>	3	2.680	21,4%

Fonte: IBGE, CENSO AGROPECUARIO 2017.

Nesse município, o módulo fiscal é de 50 ha, e não há forma de acesso à terra registrada, tendo em vista que a concentração de terra está de posse dos grandes latifúndios, ou seja, três estabelecimentos ocupam uma área de 2.680 ha, cada uma, tem o correspondente a 893 ha de terra, ou seja, grande propriedade tem o equivalente a 21,4% de toda terra agricultável no município de Santanópolis/BA. Esse dado fica mais complexo se for considerada a média propriedade junto com a grande, uma vez que correspondem a 10.182 ha, ou seja, detém o montante de 81,31% de toda terra do município. O excedente da terra é dividido entre os pequenos e minifúndios, o equivalente a 18,69% da terra. Literalmente, tem-se muitas pessoas com pouca terra e muita terra no domínio de poucas pessoas.

Segundo dados obtidos do Projeto GeograFAR, o índice de Gini no ano de 2017 corresponde a 0,837. Portanto, esse índice serve para medir desigualdade (de terra, de renda, de riqueza, de acesso a bens etc.) e varia de 0 a 1, sendo que quanto menos desigual a distribuição, mais próximo de 0 fica o índice, e quanto maior a desigualdade, mais próximo de 1 ele fica.

Desse modo, os dados nos levam à compreensão de como é desigual a distribuição de terra no referido município, sendo que esse fato está impregnado em um dos reflexos causadores da saída prematura da nossa juventude do campo, sem se quer ter concluído o fundamental, indo para os grandes centros urbanos.

Corroborando com essa ideia, Stedile (2012) afirma que, a partir do ponto de vista social, percebe-se esse problema na extrema desigualdade social que essa estrutura econômica gera no meio rural brasileiro, onde existem 7 milhões de pessoas que vivem ainda na pobreza absoluta e 14 milhões de adultos analfabetos. O programa Bolsa Família, distribuído para 11 milhões de famílias que passam necessidades alimentícias, é revelador da tragédia social no país. Além disso, a maioria dos jovens que vivem no meio rural não tem acesso ao ensino fundamental completo (oito anos), nem ao ensino de nível médio e muito menos ao ensino superior.

### QUADRO 3. DESCRIÇÃO DAS FALAS DOS ENTREVISTADOS

**QUESTÃO: ESSA PROPRIEDADE TINHA APROXIMADAMENTE QUANTAS TAREFAS? ESSA QUANTIDADE ERA O SUFICIENTE PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA PRODUZIR NELA?**

*Não sei. As terras da família não eram suficientes, era pouco, ne?! Nós só produzíamos para colher e comer essa produção, era só para consumo para própria moradia ne?! e também das pessoas próximo, como um irmão que morava em outra cidade, pois não tinha como para plantar, e vender a venda do produto, porque era pouco propriedade da terra ne?! (Entrevistado Amorim – Goiânia/GO, 2021)*

*Era 5 tarefas de terra. E era uma labuta, quando vai plantar feijão, plantar milho, plantar aipim, plantar abobora, no período adequado fica um pedaço de terra muito pouco para você também criar animais, então a gente ver uma área de 5 tarefas pra dividir para 4 pessoas fica quase nada pra cada um, e devido a isso, tinha que trabalhar de meia em terra dos outros pra poder ter um outro espaço pra ter um dinheiro maior, na família. (Entrevistado Alves – Belo Horizonte/MG, 2021)*

**Fonte:** Entrevistas realizadas por Cerqueira (2021).

Apesar de tal situação, os Agricultores Familiares que conseguem manter seus filhos no campo, participam ativamente da concepção de mundo de seus filhos, na construção da mentalidade materializada na luta por acesso ao crédito, à terra, ao meio de comunicação, à educação de qualidade, água potável e etc. Logo, se apresenta como símbolo de resistência sobre ficar desassistido pelo Estado, no que se refere a essas políticas públicas. Desse modo, é claro que só estimula o jovem a sair de sua propriedade do campo. Ou seja, esse mecanismo não dá conta de oferecer aos sujeitos uma educação que promova o senso crítico, não propõe a contextualização de tal situação, não traz consigo as vivências dessa juventude que estão em sala de aula.

Sobre isso, Sikora diz:

a educação recebe uma conotação diferente em vários momentos da história. Ora ela é responsabilizada pela pouca produção dos agricultores e pelo processo do Êxodo Rural, ora como fundamental para ajudar a desenvolver integralmente a comunidade rural nas concepções sociais, econômicas, políticas e culturais de todos os envolvidos no processo educativo. (SIKORA. 2013, p. 14)

O êxodo rural só reforça a ideia de existir a discriminação notada pelas políticas públicas no campo da educação. No entanto, considera-se que a educação não deve ser algo utilizado para “fixar” essas pessoas no campo, nem as manter no meio urbano. Seu papel é, através de uma educação emancipadora, proporcionar ao indivíduo um posicionamento político, coerente e a autonomia para decidir o que quer fazer.

A educação que tem um viés de transformar, de emancipar o sujeito tem como objetivo construir processos em que todas as pessoas possam se fortalecer enquanto sujeitos transformadores, em vista de uma sociedade melhor. Ela desenvolve um mecanismo e metodologias que unem a prática e a reflexão. Esses processos de consciência se dão a partir do diálogo entre os sujeitos comprometidos com as mudanças e a partir da realidade das pessoas.

Seguindo com os dados coletados dos entrevistados, quando questionados sobre a definição da escola e da educação em Alto Alegre, notou-se que:

#### QUADRO 4. DESCRIÇÃO DAS FALAS DOS ENTREVISTADOS

##### QUESTÃO: COMO VOCÊ DEFINE A ESCOLA E A EDUCAÇÃO EM ALTO ALEGRE?

*A estrutura péssima ne?! Faltavam muitas coisas, recurso tinha, porém, não era dada. Nos tempos de chuva mesmo, molhava tudo; não tinha uma boa alimentação; o pátio não era calçado; no período de insolação mesmo, não tinha uma boa aclimatização; não tinha uma biblioteca; um computador; uma caixa de som; aparelhos para fazer slides, etc. não tinham nada. Apesar das dificuldades que eram encontradas, dava pra fazer as atividades quando dava para compreender algumas coisas, mas deixava a desejar o conteúdo não estava ligado ao meu dia a dia foi muita dificuldade.*

(Entrevistada Sousa – Belo Horizonte, 2021)

*A estrutura da escola era a desejar, precisava de melhorias como uma quadra de esporte, cobertura no pátio, ventiladores nas salas de aulas, equipamento tecnológico para apresentação das aulas, os banheiros precários que as necessidades eram feitas no chão.*

*Em termo da educação também precisava de melhorias, darem conteúdo ligado a nossa vida, ao nosso dia a dia, os professores muitas na maioria das vezes não tem a formação adequada, outra hora professores que não tem nada a ver com a matéria ia dá, era desse jeito. (Entrevistada Santos*

*– Salvador/BA, 2021)*

*A escola na parte de estrutura muito defasada ne?! Precisava de uma reestruturação no prédio desde quando foi fundada a escola é um prédio que não foi reformado o telhado falta acabamento, as vezes que chovia a gente se molhava ne?! Na área para entrar no falta cobertura e pavimento, a estrutura das salas era sem ventilação, e nos períodos de primavera e verão era muito desgastante.*

*Era tudo difícil. E a educação que era dada nem fede nem cheira ne?! Popularmente falando.*

(Entrevistado Alves – Belo Horizonte/MG, 2021)

**Fonte:** Entrevistas realizadas por Cerqueira (2021).

Vale lembrar que esses jovens se somam a uma parte do contingente que passou e passa por lá ano após ano, que encontravam grandes dificuldades para estudar. Entre os principais problemas identificados estão a precariedade das instalações físicas; a falta de professores habilitados e qualificados, o que provocava constante rotatividade e, na maior parte das vezes, a falta deste profissional; a deficiência no acesso às tecnologias; precariedade no acesso a merenda escolar que é um fator agravante, pois gera desânimo, desatenção e dificuldade do aprendizado, além de contribuir para a evasão escolar, pois, sem o alimento em casa, algumas crianças, jovens e adolescentes, são dirigidos a irem à

escola para saciar a fome, que afeta seus lares e, na falta de alimento também na escola, acaba por abandoná-la.

Compreende-se, portanto, que existe a necessidade de uma educação contextualizada, que valorize a juventude do campo, que seja capaz de associar sua lida diária, sua cultura, sua identidade, que traga à tona as possibilidades múltiplas do jovem camponês. Pensar pelo viés da Educação Integral. Uma Educação que objetive o pleno desenvolvimento do sujeito, em suas diferentes dimensões.

Essa forma de educar, só será possível através da compreensão da realidade desses sujeitos, a partir de conteúdos específicos, participação da comunidade, da família, respeitando as especificidades do campo, também os períodos produtivos. Nessa mesma perspectiva da demanda de uma educação para os sujeitos do campo, encontra-se o povoado de Alto Alegre, pois há décadas vivencia o mesmo modelo de educação, voltado para o centro, de maneira a incentivar a juventude a partirem sem nem mesmo concluírem o ensino médio, com destino aos centros urbanos por trabalho. Assim,

a educação do campo, nos processos educativos escolares, busca cultivar um conjunto de princípios que devem orientar as práticas educativas que promovem – com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar a formação para uma postura na vida, na comunidade – o desenvolvimento do território rural, compreendido este como espaço de vida dos sujeitos camponeses. (MOLINA E SÁ, 2012, p.327).

A negação por uma educação de qualidade voltada para os sujeitos do campo se dar desde a primeira república que não se esforçava para implantar uma educação destinada à classe trabalhadora. Mesmo diante disso, a classe trabalhadora compreende a importância da educação contextualizada, nos espaços formais e não informais, ainda que a escola como espaço de construção não promova.

A esse respeito, Brandão menciona que:

um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classe, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas – imersas ou não em outras práticas sociais -, através das quais o saber das classes populares ou das comunidades sem classes é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua educação popular. (BRANDÃO, 2006, p. 16)

É imprescindível que a escola do campo contribua no fortalecimento das lutas dos povos do campo, na garantia por um movimento que relacione o projeto político pedagógico entre a escola e o campo. Esse movimento colaborará no conhecimento e na democratização do ensino aprendizagem, pois terá a participação da comunidade nos espaços de construção e decisão sobre as demandas e prioridades da escola.

Concordando com Molina e Sá (2012), a luta do movimento por uma Educação do Campo, vislumbra uma escola inserida na vida da comunidade, que se ancora nas lutas contra-hegemônicas dos trabalhadores do campo, no confronto do capital. “Assim, a concepção de escola do campo tratada aqui, se enraíza no processo histórico da luta da classe trabalhadora pela superação do sistema do capital” (MOLINA E SÁ, 2021, p. 326). Este ainda é um limite na escola atual do campo brasileiro e também em Santanópolis – BA, pois esta construção dá os primeiros passos na nossa realidade atual.

É fundamental avançar na construção de uma escola do campo que de forma objetiva e concreta, a partir da elaboração do Projeto Político-Pedagógico, da organização do trabalho e do currículo, articulado com a formação continuada de professores, busquem atingir as finalidades da escola na perspectiva da formação humana, da compreensão da realidade agrária e da Educação do Campo. A escola tem a finalidade de educar os jovens conforme a realidade do momento histórico, compreendendo essa realidade e, por sua vez, transformando-a.

Apesar das diversas construções que precisam ainda ser feitas, com o intuito de deter o êxodo rural jovem, nada disso poderá ser concretizado se não houver a participação de professores engajados e com objetivos comuns na luta pela educação do campo. Para isso, é necessário a formação de professores habilitados e envolvidos com a estrutura de um campo transformador, com oportunidade de viver e viver bem, respeitando os diferentes modos de vidas. Bem como, possibilitando acesso dos povos do campo a políticas públicas transformadoras, acesso à terra e investimento efetivo, espaços de comercialização com preços justos, outro modelo de sociedade que supere a realidade capitalista, que nega direitos fundamentais aos povos.

Segundo Arroyo (2012) uma das situações que impede a consolidação da escola do campo específica, é a vinda de professores dos centros urbanos para as escolas do campo, sem formação para a garantia de uma educação pensada para os sujeitos de direito com vivências específicas. Arroyo (2012, p. 363) indica que: “*podemos reconhecer*

*na defesa da formação específica de professores uma política afirmativa de formação ou uma das frentes de formação política e identitária de um outro projeto de campo.”*

Nesse sentido, o professor da escola do campo, ao planejar o seu trabalho pedagógico, necessita ter claro qual o projeto histórico que defende, posicionando-se diante da realidade e apontando para o amplo desenvolvimento do processo de ensino, tendo como horizonte a transformação da realidade. Este é o caminho traçado pelo movimento em prol de uma educação do campo.

Com ampliação do acesso a políticas afirmativas e frentes de formação voltadas para educação no campo, será possível garantir que mais profissionais tenham acesso à formação específica e, assim, contribuam no ensino da juventude do campo. Dentre todos os fatos acima apontados pelos jovens, foi possível, ainda, outra reflexão que provocou o encadeamento de situações diversas, após os comentários de alguns jovens entrevistados sobre sua situação ao se instalar no meio urbano. Atentemo-nos ao quadro seguinte:

#### QUADRO 5. DESCRIÇÃO DAS FALAS DOS ENTREVISTADOS

##### QUESTÃO: QUAL O MAIOR DESAFIO ENFRENTADO ATÉ HOJE, APÓS SUA SAÍDA DE ALTO ALEGRE?

*Meu maior desafio foi está longe das pessoas que amamos (nossos pais da nossa família)*  
(Entrevistado Miranda – Salvador/BA, 2021)

*Logo no início, quando eu cheguei que não conhecia ninguém, não conhecia a cidade, não poderia sair, é um lugar frio demais, daí a gente sente saudade da família, saudade de nossa comunidade, diferente de Alto Alegre, pois a cidade é muito movimentada violenta então a gente vivencia muito disso, né!? “Acidente acontecendo ali na nossa frente. (Entrevistada Sousa – Belo Horizonte/MG, 2021)*

*Falecimento do meu pai. (Entrevistada Silva – São Paulo/SP, 2021)*

**Fonte:** Entrevistas realizadas por Cerqueira (2021).

Essas falas demonstram o quão dolorido devem ser para esses jovens, estar longe da família; enfrentar climas diferentes do que viviam antes; lugares violentos, em que a violência acontece ali, “embaixo do nariz”. É triste saber dessas histórias, sendo um fator que marca a vida de cada um deles que se permitiu buscar melhor qualidade de vida. Para

Castro (2012, p. 441) “é evidente que os problemas enfrentados pelos jovens são, antes de tudo, problemas enfrentados pela pequena produção familiar.”

Embora a juventude do campo viva, em sua maioria, com suas famílias, dependendo delas financeiramente, da educação, do carinho, a condição do partir em busca de independência e autonomia, deixa um vazio em ambos os lados, o que se evidencia no relato dos entrevistados, com a saída do convívio familiar, as dificuldades encontradas com a chegada em um novo ambiente desconhecido, até mesmo quando ocorre a perda de um membro da família e não poder se despedir.

Portanto, considera que esta geração jovem camponesa convive com uma situação construída historicamente, pelo fato de ter que encarar um êxodo rural forte, com sérios riscos de, com essa partida, não alcançar os objetivos traçados, deixando para trás toda uma vida, uma cultura, sua origem, sua identidade e, de certa forma, isso impacta, diretamente, nas mudanças regional, territorial, pois os centros urbanos não têm uma política organizacional nas questões econômicas, de lazer, territorial etc.

Sobre isso, Castro (2012) afirma que ficar ou sair do campo está engrenado a uma complexidade de condições que não se restringe a apenas a atração pela cidade, mas a um fenômeno social, histórico pressionado pelas mudanças que o campo vem enfrentando e para quais há a necessidade de um entrelaçado de estratégias sobre o olhar da educação do campo.

O quadro a seguir, revela as possíveis potências de desenvolvimento ao se morar nos centros urbanos, pela ótica dos sujeitos entrevistados.

#### QUADRO 6. DESCRIÇÃO DAS FALAS DOS ENTREVISTADOS

##### QUESTÃO: O QUE VOCÊ ACHA DE POTENCIAL NO CENTRO URBANO?

*Potencialidade em morar em minas gerais as coisas mais fáceis também, tipo a qualidade de vida, relacionada à questão de trabalho, a renda fixa, também em relação à saúde, transporte e segurança (Entrevistada Sousa – Belo Horizonte/MG, 2021)*

*Abrir meu próprio negócio, trabalho na minha área, consigo tirar minha fonte de renda todo mês, graças a Deus conseguir meu transporte, estou conseguindo construir minha casa própria e sair do aluguel, e estando na capital, tenho lazer a qualquer hora pra curtir com minha família (Entrevistado Miranda – Salvador/BA, 2021)*

*A potencialidade é a possibilidade de crescer na vida, de ter comércio, de abrir o que é seu de ter uma vida financeira boa, né!? Uma vida financeira que você consiga não depender de ninguém e sim de você, do trabalho e do seu comércio (Entrevistada Silva – São Paulo/SP, 2021)*

*Fazer uma reserva primeiro trabalhando assalariado, daí fazer um futuro, né!? Trabalhar, fazer alguma coisa, fazer uma casa, criar um projeto para mim, abrir alguma coisa para eu trabalhar para mim mesmo (Entrevistado Amorim – Goiânia/GO, 2021)*

*A questão do emprego onde que o grande centro oferta, né!? Facilita para poder fazer uma atividade no banco, para poder fazer um pagamento, ir ao shopping, várias opções de trabalho, pode comprar onde quiser, quer ir pra cidade vizinha que tem um rio a gente tá perto, então essa questão do lazer, do trabalho vejo como potencialidades (Entrevistado Alves – Belo Horizonte/MG, 2021)*

**Fonte:** Entrevistas realizadas por Cerqueira (2021).

Diante das falas, analisa-se que para os entrevistados o grande centro promove possibilidades que, aparentemente, o campo não oferece, questões que vão além do trabalho ou do salário, englobando a infraestrutura e o lazer. Outra questão bastante citada pelos jovens entrevistados, é a possibilidade de *possuir seu próprio negócio nas cidades*, visto que a maioria não cita como alternativa abrir um negócio próprio, ou *trabalhar para si mesmo*, no campo. Vê-se que a agricultura não é encarada como uma perspectiva de negócio, com geração de emprego e renda.

Fica também implícita, nas falas, a questão da falta de identidade com o campo, somada à falta de informação e de uma educação voltada para o campo e de políticas públicas que ofereçam condições favoráveis e garantias dos direitos básicos, como infraestrutura, transporte, educação, lazer, saneamento básico e saúde, além de debates e discussões a respeito do desenvolvimento territorial.

Haja vista a necessidade de se refletir sobre a questão do desenvolvimento do território numa perspectiva integradora, pensada e construída a partir das necessidades específicas dos camponeses. De modo que a formação seja inclusiva e encabeçada pela educação do campo, com profissionais capazes de se envolver na luta por emancipação desses sujeitos e escolas que leiam essa realidade. Além disso, há a necessidade de políticas públicas e aumento dos investimentos do Estado em educação, saúde, lazer, acesso a água potável, entre outros setores, que permitam a melhoria das condições e qualidade de vida dos camponeses.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as implicações do êxodo rural no desenvolvimento territorial do campo em Santanópolis-Ba, a partir da escuta de jovens. Desse modo, refletiu-se sobre os motivos que levam ao êxodo rural da juventude do campo para os centros urbanos, em um movimento migratório, sendo este um forte mecanismo agravante do esvaziamento desse espaço social.

Foi observado, com base nas falas dos entrevistados, que esse fenômeno é resultante de inúmeros fatores: a masculinização da posse de propriedades rurais, a falta de políticas públicas de desenvolvimento rural voltadas para juventude do campo, dentre elas, o acesso à educação do campo, infraestrutura, lazer, saúde e segurança. Outro fator bastante relatado, foi às condições objetivas e materiais ligadas à dimensão do trabalho, o anúncio de *busca por melhor qualidade de vida* ligada ao emprego e salário fixo, além disso, a independência financeira, principalmente, através de um negócio próprio.

Outro destaque notado foi a questão agrária e o acesso à terra para produção. Ao fazer uma análise dos censos agropecuários da cidade de Santanópolis/BA, foi possível constatar que uma gigantesca quantidade de terra que correspondente a 81,31% se concentra em 162 propriedades de grandes latifundiários que dominam a maior parte da terra agricultável do município. Os outros 18,69% de terra que restam são divididos entre 1.161 pequenos agricultores e minifúndios. Dessa forma, fica evidente a desigualdade ao acesso à terra, o que dificulta a permanência da juventude do campo, pois se for levada em consideração a divisão das terras em um processo de sucessão, na maioria das vezes, o que resta para cada herdeiro não dá para sobreviver.

Ao dar-se ênfase à metáfora do título, “eles/as vão sem eira nem beira”, que compõe um dos principais achados do trabalho, emergem reflexões que se orientam para duas dimensões: o vínculo material da desigualdade social que *convida* os jovens a saírem do campo para cidade em busca de *um sonho de melhor qualidade de vida*, geralmente, atrelado ao trabalho e a falta de orientação simbólica expressa pela *ausência de percepção positiva da permanência no campo*, através de uma construção mais efetiva de pertencimento e identidade. Ocorre que, desde cedo, eles são influenciados a acreditar material e simbolicamente na existência de um “*eldorado*”, ou seja, uma falsa promessa que os leva, na grande maioria das vezes, ao subemprego e pobreza nas cidades.

Essa ausência de orientação material e simbólica nos remete à importância da Educação do Campo como um dos principais meios para transformação da realidade que está posta. Dessa forma, a escola tem que se propor a acompanhar as necessidades da comunidade que está inserida, buscando promover e entender as especificidades dos filhos dos camponeses, através do acesso à educação contextualizada, capaz de transcender os muros das escolas e valorizar sua realidade de produção e vida.

Há a necessidade de políticas públicas e aumento dos investimentos do Estado em educação, saúde, lazer, acesso a água potável, entre outros setores, que permitam a melhoria das condições e qualidade de vida dos camponeses. Na via contrária, o poder público municipal, vem pela contramão dessa necessidade, pois o que está posto é justamente o incentivo para que a juventude saia do município. No ano de 2021, inclusive, foram organizadas e realizadas parcerias entre poder público municipal com setores privados do ramo de frigoríficos do Estado de Santa Catarina, com o objetivo de promover a contratação de centenas de jovens santanópolisenses, para servirem com sua força de trabalho no referido Estado.

No que concerne ao processo de construção do trabalho, os principais desafios encontrados foram, o acesso à internet e as constantes quedas de energia elétrica na comunidade que provocaram barreiras para a conclusão do trabalho, bem como assistir às aulas remotas. Somando-se a isso, a pandemia do coronavírus impactou na realização deste trabalho, pois impossibilitou as atividades presenciais, fazendo com que as aulas e orientações do Trabalho de Conclusão de Curso tivessem que ser realizadas de forma remota, dificultando a compreensão dos conteúdos e o andamento do trabalho.

Assim sendo, como reflexo dessa situação, destacou-se ainda mais o desafio da orientação acadêmica, que já se mostrava complexo no formato presencial. Outra consequência provocada pela pandemia, foi a que com os diversos cortes realizados pelo Ministério da Educação no projeto de pesquisa chamado Fortalecimento dos empreendimentos solidários do estado da Bahia, fui atingido diretamente, de modo que sofri sem renda, no momento em que mais precisava.

Conclui-se, assim, que este estudo não esgota as reflexões acerca dos efeitos e motivações do êxodo rural, destacando a importância de outros que busquem entender e caracterizar as motivações que levam à saída da juventude do campo, de suas

comunidades para as grandes cidades, pois através disso, será possível criar estratégias para diminuir esse fenômeno, também a partir de um elo entre o poder público, as comunidades, as organizações sociais e as famílias, atrelado à potencial ação da Educação do Campo.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa. 2005.

ANTUNES, R. **SÉCULO XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho?**. Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho - São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

ARROYO, M. G. **Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos**. n 55. Curitiba. Editora UFPR. 2015.

ARROYO, M. G. **Formação de Educadores do Campo**. Dicionário da Educação do Campo. 2ª. Edição. Rio de Janeiro – São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. Ed. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/Aluno/Pictures/Downloads/BABBIE,%20Earl%20-%20M%C3%A9todos%20de%20Pesquisa%20de%20Survey%20cap.%202.pdf> Acessado em 05 de janeiro de 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa, Presses Univcrsitaires de France. 1977.

BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo. Editora e livraria brasiliense. 1999.

BRUMER, A. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. v.12. Revista Estudos Feministas [online]. 2004, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>. Acessado: 02 Janeiro 2022.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**. Dicionário da Educação do Campo. 2ª. Edição. Rio de Janeiro – São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA. 1999.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. de (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

CARVALHO, J. G. **Agricultura e questão agrária no Brasil – condicionantes estruturais da concentração fundiária**. VI Colóquio de la SEPLA. Setembro de 2010, Montevideú, Uruguai. Rio de Janeiro 2010.

CASTRO, E. G. **Juventude do Campo**. Dicionário da Educação do Campo. 2ª. Edição. Rio de Janeiro – São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

CASTRO, F. A.; Carvalho, H. M. **Campesinato**. Dicionário da Educação do Campo. 2ª. Edição. Rio de Janeiro – São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA. Grupo de Pesquisa Geografar. Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA. 2017. Disponível em: [https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/santanopolis\\_-\\_ba\\_0.pdf](https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/santanopolis_-_ba_0.pdf). Acessado em 10 de janeiro de 2022.

FÉLIX DOS SANTOS, Cláudio Eduardo; PALUDO, Conceição; COSTA DE OLIVEIRA, Rafael Bastos; **Concepção de Educação do Campo**, página 13 a 70 In: TAFFAREL Celi N. Zülke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de L.; ESCOBAR, Micheli Ortega, (Orgs), **Cadernos Didáticos sobre Educação no Campo**/ Universidade Federal da Bahia, EDITORA, Salvador, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santanopolis/pesquisa/24/76693> Acessado em 10 de janeiro de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santanopolis/panorama> Acessado em 15 de Dezembro de 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acessado em 15 de Outubro de 2021

Gabriel Almeida Pereira. ACS (Agente Comunitário de Saúde); Alto Alegre Santanópolis/BA. Julho de 2021.

GUNTHER, H. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?** v22(2). Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília/DF. 2006.

LIMA, J. **Os efeitos das migrações internas e do inchaço urbano no Brasil**. Publicado em 04/09/2019. Disponível em <https://relpredacao.com.br/1082-2/> Acessado em 02/09/2021.

JÚNIOR, A. F. da S. e NETTO, M. B. **Por uma educação do campo: percursos históricos e possibilidades**. N.3. Uberlândia/MG. Revista Eletrônica de Culturas e Educação p. 45-60, Ano 2. 2011.

Magri, C. A. **Realidade da juventude na agricultura familiar**. Ed. 6. Passo Fundo/RS: IFIBE, 2008.

MANDELLI, M. T. SOARES, D. H. P.; LISBOA, M. D. **Juventude e Projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional**. Arquivos Brasileiros de Psicologia versão On-line ISSN 1800-5267. Vol. 63. Rio de Janeiro. 2011.

MARADINO, M. **A Abordagem Qualitativa nas Pesquisas em Educação em Museus**. V. 12. VII ENPEC, Florianópolis, 2009

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed 5. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDONÇA, K. F. C. et al. **Sucessão na agricultura familiar**; um estudo de caso sobre o destino dos jovens do Alto Jequitinhonha, MG. Caxambu/MG. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 2008.

MOLINA, C. M; Tafarel, C. Z. **Política Educacional e Educação do Campo**. Dicionário da Educação do Campo. 2ª. Edição. Rio de Janeiro – São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

MOLINA, M. C; Sá, L. M. **Escola do Campo**. Dicionário da Educação do Campo. 2ª. Edição. Rio de Janeiro – São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

MORTES E CASOS DE CORONAVÍRUS NOS ESTADOS. **Portal G1**. São Paulo 2022. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/> Acessado em: 05 de janeiro de 2022.

SANTOS, F. S; MARTINS, S. A; **Novo ensino médio**: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. v. 23. p. 1 – 27. Revista Pedagógica. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. Ed. 1. São Paulo. Cortez Editora, 2013.

SILVA, G. M. **As transformações no campo brasileiro**: modernização da agricultura e desenvolvimento territorial rural. Boletim Dataluta – Artigo do mês 1: São Cristóvão/SE. 2015.

SILVA, R. S. SILVA, V. R., **Política Nacional de Juventude**: trajetória e desafios. v. 24. n. 63. Salvador/BA. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyJZwV7KTSiqBs/?format=pdf&lang=pt>

SIKORA, D. **A educação e seus condicionantes frente ao êxodo rural**. nº 50. Revista HISTEDBR On-line, Campinas/SP. 2013

SILVEIRA, S. A. D. **Vulnerabilidade social dos jovens do município de Boa Vista – RR**: índice de desenvolvimento juvenil (IDJ) como parâmetro de análise. 2009. 95 p. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236 p. Tese em Doutorado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

STEDILE, J. P. **Questão Agrária**. Dicionário da Educação do Campo. 2ª. Edição. Rio de Janeiro – São Paulo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

STROPASOLAS, V. L. **“O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC”**. 2002. 288 p. Tese de Doutorado em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina. 2002.

TATEMOTO, R. **Ao contrário do que Bolsonaro afirma, Brasil é um dos que menos investe em educação**. Brasil de Fato. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/04/ao-contrario-do-que-bolsonaro-afirma-brasil-e-um-dos-que-menos-investe-em-educacao> Acessado em: 02 novembro de 2020.

VILLELA, F. **Propriedades comandadas por mulheres representam cerca de 5% da área rural**. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-11/propriedades-de-terra-comandadas-por-mulheres-representam-cerca-de> Acessado em: 05 de janeiro de 2022.

## 7 ANEXOS : ANEXO A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CAMPUS AMARGOSA

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA:** Você está sendo convidado/a à participar da pesquisa **ELES/AS VÃO SEM EIRA NEM BEIRA”**: EFEITOS E MOTIVAÇÕES DO ÊXODO RURAL DA JUVENTUDE DO CAMPO DO POVOADO DE ALTO ALEGRE, SANTANÓPOLIS/BA, onde o objetivo é **analisar as implicações do êxodo rural no desenvolvimento territorial do campo em Santanópolis-BA**, e pesquisa será feita por **Ricardo Alves Cerqueira**. Atestamos que as informações/dados produzidos no presente questionário serão utilizadas para fins acadêmico-científicos e a identidade dos sujeitos da pesquisa não será divulgada. Desde já agradecemos.

1) **NOME FICTÍCIO:**.....

2) **GENERO:** MASCULINO  FEMININO

3) **ANO DE NASCIMENTO:** \_\_\_\_\_

4) **IDADE:**.....

5) **VOCÊ SE CONSIDERA (autodeclara) :**

AMARELA/O

BRANCO/A

INDÍGENA

NEGRO/A

PARDO/A

OUTROS/AS

Se a resposta for “outros/as” definir a cor: \_\_\_\_\_

6) **VOCÊ RESIDE?** ZONA RURAL  ZONA URBANA

CIDADE:

BAIRRO/ COMUNIDADE:

- 7) ATUALMENTE VOCÊ MORA SOZINHO/A OU COM MAIS PESSOAS? QUANTAS?
- 8) QUAL A SUA FORMAÇÃO? Favor explicitar grau de instrução de maneira detalhada
- 9) COMO VOCÊ DEFINE A ESCOLA E A EDUCAÇÃO EM ALTO ALEGRE?
- 10) COMENTE SOBRE O ENSINO E OS PROFESSORES DA ESCOLA DE ALTO ALEGRE?
- 11) VOCÊ SABE OU JÁ OUVIU FALAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO? COMENTE.
- 12) JÁ OUVIU FALAR EM EDUCAÇÃO RURAL? COMENTE.
- 13) VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO SOCIAL OU DE MOVIMENTO SINDICAL? QUAL? VOCÊ ACREDITA NESTES MOVIMENTOS?
- 14) QUANDO VOCÊ MORAVA EM ALTA ALEGRE, SUA FAMÍLIA ERA COMPOSTA POR QUANTAS PESSOAS INCLUINDO VOCE? TINHA PROPRIEDADE PRÓPRIA, ARRENDADA?
- 15) ESSA PROPRIEDADE TINHA APROXIMADAMENTE QUANTAS TAREFAS? ESSAS QUANTIDADES DE TAREFAS ERA O SUFICIENTE PARA VOCÊ E SUA FAMÍLIA PRODUIZIR NELA?
- 16) A PRODUÇÃO ERA USADA PARA QUAIS FINS? FAVOR COMENTE.
- 17) A RENDA TIRADA DESSA PRODUÇÃO AJUDAVA NAS NECESSIDADES DA FAMÍLIA? ERA SUFICIENTE?
- 18) QUAL O MAIOR DESAFIO ENFRENTADO ANTES E ATÉ HOJE NO MUNICÍPIO, APÓS SUA SAÍDA DE ALTO ALEGRE?
- 19) SUA SAÍDA DE ALTO ALEGRE PARA ZONA URBANA SE DEU POR QUAL MOTIVO? FAVOR COMENTE.
- 20) SOBRE MORAR EM ALTO ALEGRE QUAIS PONTOS CONSIDERA POSITIVOS? E NEGATIVOS?
- 21) APÓS SUA SAÍDA DE ALTO ALEGRE, O QUE VOCÊ CONSIDERA DE MAIOR DESAFIO? E DE POTENCIALIDADES EM ESTAR NA ZONA URBANA?
- 22) VOCÊ PENSA EM VOLTAR A MORAR EM ALTO ALEGRE

Se achar necessário mencionar algo que considere relevante e não está contemplado durante o questionário, favor comentar.

**Agradeço às contribuições.**

---

RICARDO ALVES CERQUEIRA

---